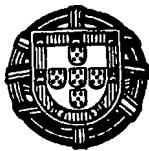


Sexta-feira, 30 de Janeiro de 1981



DIÁRIO da Assembleia da República

II LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1980-1981)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 29 DE JANEIRO DE 1981

Presidente: Ex.^{mo} Sr. António Martins Canaverde

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Reinaldo Alberto Ramos Gomes

Alfredo Pinto da Silva

António Mendes de Carvalho

José Manuel Maia Nunes de Almeida

SUMARIO.—O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 30 minutos.

Antes da Ordem do dia.—Deu-se conta do expediente, da apresentação de requerimentos e de algumas petições.

Em intervenção política, o Sr. Deputado Jorge Patrício (PCP) criticou como incoerente e demagógica a política para a juventude dos governos AD. No fim respondeu a um protesto do Sr. Deputado Adérito Campos (PSD).

Acerca da situação política na República de El Salvador, foram discutidos e votados três votos de protesto, apresentados um pela UEDS, outro pela UDP e o terceiro pelo PCP e MDP/CDE, tendo sido aprovados os dois primeiros e rejeitado o último. Intervieram no debate, a diverso título (incluindo declarações de voto), os Srs. Deputados Lopes Cardoso (UEDS), João Lima (PS), Helena Cidade Moura (MDP/CDE), Alda Nogueira (PCP), Oliveira Dias (CDS), Borges de Carvalho (PPM), Mário Tomé (UDP), Magalhães Mota (ASDI) e Cecília Catarino (PSD).

Ordem do dia.—Após a leitura, pelo Sr. Deputado Vilhena de Carvalho (ASDI), foi aprovado um relatório e parecer da Comissão de Regimento e Mandatos, relativo à substituição de um Deputado da UEDS.

De seguida foi concedida, após conclusão do debate, a ratificação do Decreto-Lei n.º 340/80, de 30 de Agosto, que cria a zona de jogo de Tróia, no concelho de Setúbal. Intervieram no debate a diverso título (incluindo declarações de voto), além do Sr. Secretário de Estado do Turismo (Alecino Cardoso), os Srs. Deputados Octávio Telzeira (PCP), José Vitorino (PSD), Ercilia Talhadas (PCP), Cardoso Ferreira (PSD), Veiga de Oliveira (PCP), Ângelo Correia (PSD), Heriberto Goulart (MDP/CDE), Luís Filipe Madeira (PS) e Emídio Pinheiro (CDS).

Por fim, depois de o Sr. Presidente ter dado conta de uma carta entregue pelo Sr. Provedor de Justiça, Dr. José Magalhães Godinho, acompanhando o relatório sobre a sua actividade durante o ano de 1980, tiveram considerações a propósito, para além do Sr. Presidente, os Srs. Deputados Rui Pena (CDS), Carlos Lage (PS), Mário Tomé (UDP),

Borges de Carvalho (PPM), Mário Raposo (PSD), Veiga de Oliveira (PCP), Heriberto Goulart (MDP/CDE) e Lopes Cardoso (UEDS).

No decorrer da sessão deram entrada na Mesa propostas de candidatura aos cargos de Provedor de Justiça, de membro da Comissão Constitucional e presidência do Conselho Nacional do Plano, apresentadas as duas primeiras pelo CDS e a última pelo PSD.

Após ter anunciado a entrada na Mesa de vários diplomas, o Sr. Presidente encerrou a sessão às 20 horas e 20 minutos.

O Sr. Presidente:—Vai proceder-se à chamada.

Eram 15 horas e 10 minutos.

Fez-se a chamada, à qual responderam os seguintes Srs. Deputados.

Partido Social-Democrata (PSD)

Adérito Manuel Soares Campos.

Afonso de Sousa F. de Moura Guedes.

Alberto Augusto Faria dos Santos.

Álvaro Barros Marques Figueiredo.

Amadeu Afonso Rodrigues dos Santos.

António Augusto Ramos.

António Duarte e Duarte Chagas.

António Roleira Marinho.

António Sérgio Barbosa de Azevedo.

António Vilar Ribeiro.

Armando Costa.

Arménio Jerónimo Martins Matias.

Carlos Manuel Pereira Pinho.

Cecília Pita Catarino.

Cipriano Rodrigues Martins.

Cristóvão Guerreiro Norte.
 Daniel Abílio Ferreira Bastos.
 Fernando José F. Fleming d'Oliveira.
 Fernando José Sequeira Roriz.
 Fernando Manuel A. Cardoso Ferreira.
 Fernando Manuel Cardote Barbosa Mesquita.
 Jaime Adalberto Simões Ramos.
 João Aurélio Dias Mendes.
 João Evangelista Rocha de Almeida.
 João Manuel Coutinho Sá Fernandes.
 Joaquim Pinto,
 José Augusto de Oliveira Baptista.
 José Augusto Santos de Silva Marques.
 José Manuel Pinheiro Barradas.
 José Mário de Lemos Damião.
 José de Vargas Bulcão.
 Leonel Santa Rita Pires.
 Luís António Martins.
 Luís Fernando C. Nandim de Carvalho.
 Manuel António Lopes Ribeiro.
 Manuel Ferreira Martins.
 Manuel Filipe Correia de Jesus.
 Manuel Maria Moreira.
 Manuel Maria Portugal da Fonseca.
 Manuel Ribeiro Arruda.
 Manuel Vaz Freixo.
 Maria Adelaide S. de Almeida Paiva.
 Maria da Glória Rodrigues Duarte.
 Mário Júlio Montalvão Machado.
 Mário Marques Ferreira Maduro.
 Natália de Oliveira Correia.
 Nicolau Gregório de Freitas.
 Reinaldo Alberto Ramos Gomes.
 Valdemar Cardoso Alves.
 Vasco Francisco Aguiar Miguel.

Partido Socialista (PS)

Adelino Teixeira de Carvalho.
 Alberto Marques Antunes.
 Alfredo Barroso.
 Alfredo Pinto da Silva.
 António Carlos Ribeiro Campos.
 António Magalhães da Silva.
 António Janciro.
 António Teixeira Lopes.
 António Manuel Maldonado Gonçalha.
 Armando dos Santos Lopes.
 Avelino Ferreira Loureiro Zenha.
 Beatriz Cal Brandão.
 Fausto Sacramento Marques.
 Francisco Manuel Marcelo Curto.
 João Alfredo Félix Vieira Lima.
 Joaquim Sousa Gomes Carneiro.
 Jorge Fernando Branco Sampaio.
 José Luís Amaral Nunes.
 Júlio Almeida Carrapato.
 Luís Nunes de Almeida.
 Luís Patrão.
 Luís Silvério Gonçalves Saisas.
 Manuel José Bragança Tender.
 Manuel dos Santos.
 Manuel Trindade Reis.
 Mário Manuel Cal Brandão.
 Raul d'Assunção Pimenta Rego.
 Rui Fernando Pereira Mateus.
 Virgílio Fernando Marques Rodrigues.

Centro Democrático Social (CDS)

Adriano José Alves Moreira.
 Adriano Vasco da Fonseca Rodrigues.
 Alberto Henriques Coimbra.
 Alexandre Correia de Carvalho Reigoto.
 Alfredo Albano de C. Azevedo Soares.
 Álvaro Manuel M. Brandão Estêvão.
 António Jacinto Martins Canavérde.
 António Mendes de Carvalho.
 Armando Domingos D. Ribeiro de Oliveira.
 Daniel Fernandes Domingues.
 Emídio Ferrão da Costa Piñheiro.
 Eugénio Maria Nunes Anacoreta Correia.
 Francisco Manuel L. V. de Oliveira Dias.
 Francisco Manuel de Menezes Falcão.
 Isilda da Silva Barata.
 João Cantinho M. Figueiras de Andrade.
 João Gomes de Abreu de Lima.
 João José M. Ferreira Pulido de Almeida.
 João da Silva Mendes Morgado.
 José Eduardo F. de Sanches Osório.
 José Girão Pereira.
 Luisa Maria Freire C. Vaz Raposo.
 Manuel A. de Almeida de A. Vasconcelos.
 Mário Gaioso Henriques.
 Rogério Ferreira Monção Leão.

Partido Comunista Português (PCP)

Álvaro Augusto Veiga de Oliveira.
 Álvaro Fávias Brasileiro.
 António Anselmo Aníbal.
 António José de Almeida Silva Graça.
 António da Silva Mota.
 Carlos Alberto do Carmo da C. Espadinha.
 Custódio Jacinto Gingão.
 Domingos Abrantes Ferreira.
 Ercília Carreira Pimenta Taibadas.
 Francisco Miguel Duarte.
 George de Oliveira Ferreira.
 Jerónimo de Carvalho de Sousa.
 Joaquim Miranda da Silva.
 Joaquim Victor Gomes de Sá.
 Jorge do Carmo da Silva Leite.
 Jorge Manuel Abreu de Lemos.
 Jorge Patrício.
 José Ernesto I. Leão de Oliveira.
 José Manuel Maia Nunes de Almeida.
 José Rodrigues Vitoriano.
 Josefina Maria Andrade.
 Lino Carvalho de Lima.
 Manuel Rogério Brito.
 Maria Alda Barbosa Nogueira.
 Maria Ilda Costa Figueiredo.
 Mariana Grou Lanita da Silva.
 Octávio Augusto Teixeira.
 Vital Martins Moreira.

Partido Popular Monárquico (PPM)

António Cardoso Moniz.
 Gonçalo Pereira Ribeiro Teles.
 Henrique Bárrilaro Ruas.
 Jorge Victor M. Portugal da Silveira.
 Maria José Pontes de Gouveia.

Acção Social-Democrata Independente (ASDI)
Joaquim Jorge de Magalhães S. da Mota.
Manuel Cardoso Vilhena de Carvalho.

União da Esquerda para a Democracia Socialista (UEDS)

António Manuel C. Ferreira Vitorino.
António Poppe Lopes Cardoso.

Movimento Democrático Português (MDP/CDE)
Helena Tâmega Cidade Moura.

União Democrática Popular (UDP)

Mário António Baptista Tomé.

O Sr. Presidente: — Responderam à chamada 143 Srs. Deputados.

Temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 15 horas e 30 minutos.

ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vai proceder-se à leitura do expediente.

Deu-se conta do seguinte

Expediente

Carta

Uma carta e um requerimento, respectivamente, de José Marciano de Gusmão Nogueira Faísca e de alguns reclusos do estabelecimento prisional de Viseu, solicitando uma amnistia mais ampla do que a já concedida.

Ofícios

Do Sindicato dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Lisboa a enviar uma moção acerca da luta dos trabalhadores despedidos da Standard Eléctrica.

Da Câmara Municipal do Barreiro, a transcrever uma moção aprovada, em reunião realizada no dia 14 do corrente, na qual lavra o seu protesto pelo cancelamento da emissão de música clássica no Programa 2 da RDP.

Da Câmara Municipal de Benavente e da Junta de Freguesia de Salvaterra de Magos a enviar moções nas quais manifestam a sua oposição à instalação de uma unidade industrial na região, devido aos prejuízos que poderá causar em todo o sector primário, base da economia da zona.

Da Câmara Municipal de Alcoutim, solicitando que seja reaberta a fronteira naquela localidade, por considerar que o facto contribuiria bastante para o seu desenvolvimento económico.

Da Assembleia de Freguesia de Custóias, das Assembleias Municipais de Grândola, Vila Verde e da Marinha Grande, das Câmaras Municipais da Moita, de Alcoutim e de Vendas Novas e da Junta de Freguesia da Damaia, com moções solicitando que o Orçamento Geral do Estado contemple a aplicação integral da Lei das Finanças Locais.

Ofício e um telegrama, respectivamente, do Sindicato dos Trabalhadores do Sector Têxtil da Beira

Baixa e dos sindicatos do distrito do Porto, com moções manifestando o seu protesto contra os aumentos verificados nos preços dos serviços médico-sociais.

Da comissão central de trabalhadores da Petrogal a enviar cópia do Comunicado 23/80 e de uma moção nos quais manifestam a sua posição face a acontecimentos ocorridos na empresa.

Do director da Cadeia de Apoio de Guimarães, a remeter uma exposição apresentada pelos funcionários e presos daquele estabelecimento, na qual solicitam a reabertura urgente do estabelecimento prisional de Braga.

O Sr. Secretário (Reinaldo Gomes): — Vou dar conta dos requerimentos apresentados na última sessão: a diversos Ministérios e Secretarias de Estado, formulados pelo Sr. Deputado Magalhães Mota; a diversos Ministérios, Secretarias de Estado, Radiotelevisão Portuguesa, Câmara Municipal de Lisboa e à Imprensa Nacional-Casa da Moeda, formulados pelo Sr. Deputado Oliveira Martins; ao Ministério do Comércio e Turismo, formulado pelo Sr. Deputado Joaquim Miranda; ao Ministério da Agricultura e Pescas, formulado pelo Sr. Deputado José Vitorino; ao Ministério dos Transportes e Comunicações, formulado pelo Sr. Deputado João Figueiras de Andrade; aos Ministérios da Agricultura e Pescas e Habitação e Obras Públicas, formulado pelos Srs. Deputados Carlos Brito e José Vitoriano; ao Ministério do Trabalho e Banco Nacional Ultramarino, formulado pelo Sr. Deputado Heriberto Goulart; à Direcção-Geral do Património Cultural e Junta Autónoma de Estradas, formulados pelo Sr. Deputado Fernando Fleming d'Oliveira.

Foram ainda apresentadas as seguintes petições: n.º 1/II, por Júlio da Silva e Sousa e outros, Lisboa, solicitando que, logo que seja constitucionalmente possível, possa ser dada nova redacção aos artigos 19.º, 23.º e 276.º da Constituição da República Portuguesa, que baixou à Comissão de Assuntos Constitucionais; n.º 2/II, por João Carlos Oliveira M. Freire e outros, Lisboa, solicitando que na próxima revisão constitucional seja tomado em consideração o direito à iniciativa legislativa por parte dos cidadãos, reconhecido o processo referendário a nível do poder local e o fim do serviço militar obrigatório, que baixou à Comissão de Assuntos Constitucionais.

O Sr. Presidente: — O Centro Democrático Social apresentou na Mesa a candidatura ao cargo de Provedor de Justiça do Sr. Conselheiro Eldoro Martins Pamplona Moniz de Sá Corte Real.

Para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Patrício.

O Sr. Jorge Patrício (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A juventude, os seus problemas, as suas aspirações insatisfeitas, o seu futuro por garantir, constituem hoje uma das questões a que pelo menos verbalmente todos dizem prestar atenção, incluindo o próprio Primeiro-Ministro que aqui prometeu que o Governo dedicaria uma atenção muito particular à juventude e aos seus problemas. Sobre estes factos e sobre a reacção que eles determinam entre a juventude, constroem-se as teses mais disparestes sobre o seu comportamento social e político. Entretanto,

para além das teses e declarações de intenção, a juventude continua a ver agravados todos os seus problemas concretos, adiadas as suas soluções, frustadas as suas legítimas esperanças. Este é, entre a juventude, o balanço objectivo que se pode fazer da governação «AD» que agravou problemas juvenis, que outros governos anteriores não tinham sido capazes de resolver.

O governo Francisco Balsemão herda do governo anterior o mesmo discurso em relação à juventude. Promessas vagas e falta de respostas concretas. A afirmação mil vezes repetida que a «AD» conta com o apoio da juventude. Estas duas mistificações precisam de ser denunciadas, desmascaradas e combatidas. É facto que a «AD» conseguiu, fruto da sua demagogia eleitoral e governamental, enganar, mistificar e iludir alguns sectores da juventude portuguesa, desgnadamente nas escolas secundárias. Mas é também um facto evidente que a «AD» começa a pagar exactamente entre esses sectores o preço da desilusão, do desencanto e das frustrações que as suas falsas promessas suscitaram.

O Sr.º Veiga de Oliveira (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Tal é evidenciado, por exemplo, no facto de este ano as forças juvenis ligadas à «AD» perderam influência mesmo em sectores que consideram seguros: no ensino secundário as organizações juvenis da «AD» deixaram já de influenciar dezanove associações estudantis.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A «AD» prometeu diminuir o desemprego, facilitar o crédito à habitação, melhorar o ensino. Mas a realidade com que os jovens se debatem hoje é bem diferente: com mais desemprego e insegurança no trabalho, com a habitação mais cara e créditos mais distantes, com o ensino atingindo um ponto de ruptura, principalmente na Universidade.

O problema do desemprego, é hoje em Portugal uma das grandes preocupações da juventude. A existência de centenas de milhares de jovens desempregados, de entre estes uma grande parte à procura do primeiro emprego, a necessidade de dar ocupação profissional aos 30 000 jovens que todos os anos procuram ingressar no mundo do trabalho, exige dos órgãos competentes, nomeadamente do Ministério do Trabalho, resposta firme e objectiva para a sua resolução, resposta esta que não encontrámos durante a vigência do VI Governo Constitucional, nem a iremos encontrar certamente durante a vigência deste, que esperamos curta. No seu programa recentemente aprovado na Assembleia nada de concreto consta em relação a esta matéria. Não são os despedimentos colectivos, não são os consequentes ataques às empresas nacionalizadas, não é com a entrega de reservas aos agrários e a consequente tentativa de liquidação da Reforma Agrária, não é com promessas demagógicas e eleitoralistas, que se resolve o problema do desemprego juvenil e do primeiro emprego.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Tudo isto, pelo contrário, o aumenta, aumentando naturalmente as más condições de vida

da juventude, que vê no futuro um horizonte negro e sem perspectivas.

Outro dos problemas que se levantam, e está na ordem do dia, é o dos contratos a prazo e do trabalho eventual. Assistimos nos últimos tempos a um aumento brutal do uso dos contratos a prazo. Não é com esta prática, como nos querem fazer compreender, que se combate o desemprego mas sim o tentar camuflar este problema. O contrato a prazo para os jovens trabalhadores significa insegurança no trabalho, não lhes permitindo organizar a sua vida numa perspectiva futura e confiante, significa por parte dos capitalistas o aproveitamento a seu bel-prazer do exército de desempregados que temos no nosso país. É uma arma nas mãos do patronato, que visa subjugá-los, dividir e desviar a juventude trabalhadora da luta pelos seus interesses de classe, que em muitos casos se transforma em discriminação e repressão. Não é, pois, deste modo que se diminui o desemprego, não é deste modo que os jovens, muitos deles com responsabilidades familiares, vêem o seu futuro assegurado.

A juventude aspira a uma vida feliz, a juventude deseja participar na resolução dos problemas nacionais; mas não deseja ver liquidados os seus direitos e este é um dos direitos fundamentais, o direito ao trabalho consagrado na Constituição da República Portuguesa.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — No campo do ensino, o verniz demográfico do Governo não conseguiu resistir à prova do tempo. O actual MEC reinicia um novo mandato governamental, exactamente quando a sua política é fortemente contestada pelo movimento estudantil, suscitou polémica e divisões, mesmo em sectores apoiantes do actual governo. O 12.º ano constitui, no plano do ensino secundário, a mais acabada demonstração da irresponsabilidade do Ministério da Educação. Largamente propagandeado durante a campanha eleitoral para esta Assembleia, como a grande inovação e remédio para todos os males, o 12.º ano aparece aos olhos de todos com a sua crueza: são milhares de estudantes ainda sem aulas, faltam professores e instalações com um mínimo de condições, os métodos de aquisição e avaliação de conhecimentos são contestados por estudantes e professores, os programas são inadequados, a desorganização e indefinição reina nos serviços. Apesar disto, ainda não ouvimos do Governo ou da bancada da «AD» uma voz esclarecedora sobre o futuro desses milhares de jovens, sobre que medidas de urgência se vão tomar para este ano lectivo, sobre que critérios vão prevalecer para o acesso à Universidade. Quanto ao ensino superior dois aspectos se salientam na actividade governamental: as tentativas de liquidar a gestão democrática e as restrições brutais em meios financeiros disponíveis para a contratação de docentes. A escandalosa nomeação por parte do MEC de um conselho directivo para o departamento de Química da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, à revelia do conselho directivo da Faculdade e do próprio reitor da Universidade de Coimbra, mostra o conceito de autonomia universitária do actual titular do MEC e do Governo que para tal lhe

dá cobertura. Mas escândalo idêntico é o atropelo dessa mesma autonomia universitária com o MEC, a tentar impedir a presença do Presidente da República numa cerimónia da Universidade Técnica de Lisboa, incidente este que está na origem do pedido de demissão do reitor dessa mesma Universidade.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — As movimentações dos estudantes de várias Faculdades do País, designadamente na Faculdade de Direito de Lisboa e na Faculdade de Engenharia do Porto, traz ao de cima o mal-estar e as dificuldades que a célebre Portaria n.º 755/80 está a trazer ao normal e estável funcionamento das Universidades.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Esta é apenas uma das facetas da realidade juvenil de hoje. A outra, a principal, é que a maioria da juventude portuguesa constitui uma força activa, operante e mobilizada para a defesa dos seus interesses e aspirações, para a defesa do regime democrático que a «AD» quis e quer destruir, mas que foi defendido com os resultados das eleições presidenciais.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Nandim de Carvalho (PSD): — Só nessas? E nas outras?...

O Orador: — É que a juventude de Abril existe nas empresas, nos campos e nas escolas e luta pelos seus direitos e aspirações.

O Sr. Manuel Moreira (PSD): — É só demagogia!

O Orador: — É que a juventude de Abril é uma força viva na vida política e social, é uma componente importante no movimento popular, que defende e prosseguirá os ideais de Abril.

Aplausos do PCP e do MDP/CDE.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Adérito Campos.

O Sr. Adérito Campos (PSD): — Sr. Presidente, queria fazer um protesto em relação à intervenção do Sr. Deputado Jorge Patrício.

Queria protestar pelas suas afirmações, nomeadamente quando se refere a uma eventual mistificação de que terá sido vítima a juventude portuguesa. Não posso deixar passar em claro esta afirmação do Sr. Deputado, quanto mais que ela revela, no mínimo, o maior desrespeito e desconsideração perante essa mesma juventude ao tentar passar-lhe um atestado de menoridade.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Olhe, que não!

O Orador: — Gostaria de dizer ao Sr. Deputado que é inadmissível que venha dizer que a juventude portuguesa está a ser atraíçoada pela Aliança Democrática, nomeadamente pelo seu governo. Ora, Sr. Deputado, o ano passado em 5 de Outubro a

Aliança Democrática venceu e uma quota-partes dessa vitória deveu-se justificadamente à juventude portuguesa que nela votou massivamente.

Quanto às suas afirmações de que a juventude ligada à Aliança Democrática, mais particularmente à JSD, tem vindo a perder as suas posições no movimento associativo, gostava de lhe referir os últimos resultados das eleições no Instituto Superior Técnico e os resultados das eleições de ontem para a Associação Académica da Universidade de Coimbra.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

Gostava ainda de lhe dizer que no grande feudo da Juventude Comunista na Universidade do Porto, a Faculdade de Economia, a JSD conseguiu este ano uma vitória que se pode considerar, no mínimo como estrondosa.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

As bancadas da Aliança Democrática, as bancadas do Partido Social-Democrata, e também os jovens que nestas bancadas se sentam irão fazer os possíveis, irão esforçar-se no máximo — pode ter a certeza disso —, irão pôr uma pedra por cima das suas palavras, em defesa das justas aspirações e das esperanças que a juventude portuguesa em nós depositou.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Patrício, certamente para contraprotestar.

O Sr. Jorge Patrício (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Levantei aqui algumas questões concretas que me parecem ser importantes e que me parecem ser, também, importantes para a juventude. O Sr. Deputado do PSD disse que há um desrespeito pela juventude quando digo que a AD fez uma política de mistificação em relação à juventude. O Sr. Deputado com certeza que se lembra que a AD na sua campanha eleitoral prometeu diminuir o desemprego, prometeu dar mais facilidades de crédito para a aquisição de habitação própria à juventude, prometeu melhorar o ensino. Ora, apresentei aqui factos concretos, que certamente o Sr. Deputado não desmente, de que isso não aconteceu. Pergunto-lhe se o desemprego diminuiu, se foram dadas mais facilidades de crédito para a aquisição de habitação própria à juventude, se foi melhorado o ensino. E até neste último caso o que vemos são os resultados da criação do 12.º ano e aquilo que se passa nas Universidades

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Quanto às eleições para as associações de estudantes, o que eu disse foi que as organizações de juventude que estão próximas ou que fazem parte dos partidos da Aliança Democrática perderam eleições, nomeadamente no ensino secundário. Disse-o e é verdade. Foram cerca de dezanove.

O Sr. Manuel Moreira (PSD): — E as vitórias? ...

O Orador: — Se quiser digo-lhe os nomes de algumas delas onde perderam: na Escola Secundária de Valença, na Escola de Carlos Amarante, em Braga,

ia Avelar Brotero, em Coimbra, na José Estêvão e ia Homem de Cristo, em Aveiro, na Escola Secundária de S. João da Madeira, em Santarém, em Loures, no Barreiro, etc.

Aplausos do PCP.

Portanto, isto prova que, de facto, a AD não cumpriu aquilo que prometeu: não melhorou o ensino e não diminuiu o desemprego.

Gostaria de acrescentar que quando se fala na juventude não se pode pensar só na juventude estudantil, tem de se falar também na juventude trabalhadora. O que é que os senhores sabem da juventude trabalhadora? O que aconteceu é que aumentaram os contratos a prazo, o desemprego não diminuiu e a juventude trabalhadora vê cada vez mais agravadas as suas condições de vida, de trabalho e de estudo. Isto é uma realidade que os senhores não podem desmentir e contestar.

Aplausos do PCP e do MDP/CDE.

O Sr. Presidente: — Vamos agora passar à discussão de três votos sobre a República de El Salvador apresentados, respectivamente, pela UEDS, PCP e MDP/ CDE e UDP, que vão ser discutidos conjuntamente.

Tem a palavra o Sr. Deputado Lopes Cardoso.

O Sr. Lopes Cardoso (UEDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Penso que a nenhum de nós podem ser indiferentes e a nenhum de nós devem ser indiferentes os atentados cometidos contra os direitos do homem. E quando esses atentados assumem as proporções que alcançaram na República de El Salvador, o nosso silêncio podia, legitimamente, ser confundido com a pura e simples cumplicidade moral. Denunciar os crimes que diariamente se cometem em El Salvador, exprimir a nossa solidariedade para com aqueles que aí travam uma luta desigual e heróica pela liberdade, pela democracia e pela justiça social, não é apenas um imperativo de consciência, não é apenas uma questão de coerência; é uma obrigação ditada pela própria luta que conduzimos por esses mesmos valores.

A liberdade humana é, para nós, indissível. E não é livre o homem, não é livre nenhum povo, enquanto outros homens e outros povos forem oprimidos. E muito menos quando a liberdade aparente de certos homens e de certos povos repousa sobre a opressão dos outros. Assim, para nós, quando a liberdade, os direitos do homem, a dignidade humana, são espinhados em El Salvador é também um pouco da nossa liberdade que é posta em causa, são também os nossos direitos e a nossa dignidade que são postos em causa.

A UEDS ao apresentar à Assembleia da República o voto que agora discutimos fê-lo por entender que esta Assembleia não pode guardar o silêncio perante as atrocidades que vêm sendo cometidas em El Salvador. O nosso voto é de solidariedade. Não pretende ser um teste à coerência, à sinceridade e à dignidade daqueles que se proclamam defensores dos direitos do homem. Mas a verdade é que se é a verdade é que, independentemente da nossa vontade, o nosso voto é um teste à essa coerência e a essa sinceridade, por que não há razões de Estado que possam jutificar o

nosso silêncio. A menos que por detrás das razões de Estado se acobertem outras razões bem menos confessáveis.

A longa lista, Sr. Presidente e Srs. Deputados, dos mártires pela liberdade na América Latina somam-se hoje todos os dias dezenas de mortos e torturados anônimos que em El Salvador prosseguem o combate por uma sociedade mais justa, o combate pela democracia e pela liberdade. O nosso voto é também uma homenagem a esses heróis do combate pelo futuro, o combate por uma sociedade mais digna e por uma sociedade mais justa, é uma homenagem ao seu sacrifício e nessa homenagem vai também a nossa certeza de que esse sacrifício não será inútil.

Creio que vale a pena lembrar aqui as derradeiras palavras desse homem que ficará na história como um dos maiores heróis da luta pela liberdade no mundo e na América do Sul, Salvador Allende, quando momentos antes de morrer — vítima dos mesmos interesses que destruíram a democracia do Chile, que oprimem o povo chileno e que procuram impor a sua vontade, a sua opressão e a sua exploração em El Salvador — nos deixava a sua mensagem e a sua certeza de que, como ele dizia, «bem mais cedo do que tarde se abrirão as grandes alamedas por onde o homem livre passará para construir a sociedade melhor». É essa mensagem que os patriotas e resistentes de El Salvador, com sacrifício da própria vida, procuram tornar realidade e que mais cedo do que tarde, nós com eles, saberemos tornar uma certeza.

Aplausos da UEDS, do PS, do PCP, da ASDI, do MDP/CDE e da UDP.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Lima.

O Sr. João Lima (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O meu colega e camarada Lopes Cardoso teria dito praticamente tudo que de importante se pode dizer sobre a situação na República de El Salvador, que é já um escândalo político e moral que alguns por interesses inconfessáveis querem alhear ou querem silenciar.

Na realidade, mesmo em nossas casas aqui em Portugal vemos através da televisão cenas indecorosas de atropelos dos direitos humanos, torturas, mortes e execuções, que fazem horripilar qualquer homem dotado de um mínimo de moralidade, de senso e de ética de vida.

O que se passa em El Salvador não tem a ver só com aquele país, o que se passa em El Salvador não tem a ver, ou não deveria ter que ver, com os interesses económicos e políticos em causa. Deveria ter que ver, sim, com a firmeza e com a dignidade do próprio homem. Mas, infelizmente, assistem-se, por vezes, a alguns silêncios que significam sem dúvida cumplicidades, que significam sem dúvida comodidades, perante situações atrozes. E nós, também aqui, deputados da bancada do Partido Socialista, nós portugueses socialistas, queremos daqui dar a nossa palavra de revolta contra essa cumplicidade e contra esses silêncios, a nossa palavra de solidariedade por quantos aqueles que, com armas na mão, com o sangue dos seus e deles próprios, lutam pela liberdade e pela sagrada dos direitos humanos. Foi o arcebispo Óscar

Romero que foi pura e simplesmente executado dentro de uma igreja por defender os cidadãos que em El Salvador querem uma vida digna e uma vida livre, são aqueles que anonimamente morrem todos os dias executados pelas botas e pelos capacetes de soldados — diríamos mercenários — que atropelam os direitos humanos e que defendem interesses inconfessáveis.

Mas ao nos revoltarmos contra a violência queremos dizer claramente que nos revoltamos contra todas as violências, seja quem for que as pratique. Não nos utilizamos da violação dos direitos humanos para fazer propaganda política ou para nos aproveitarmos em relação às conjunturas políticas e às localizações políticas das forças que actuam aqui ou ali. Queremos salientar que o que está em causa em El Salvador é a defesa da integridade territorial, moral, social e económica do povo salvadorenho. Não é o ataque a qualquer imperialismo, não é o ataque específico, através dessa violência, a qualquer potência ou a qualquer país que se queira criticar por outros motivos.

Assim, iremos dar a nossa anuência ao voto da UEDS e ao voto da UDP. Mas o mesmo não podemos fazer em relação ao voto do Partido Comunista. Entendemos que o voto do PCP não visa tanto a condenação da violência e dos atropelos aos direitos humanos que se verificam em El Salvador mas o tornar certa uma hipótese futurológica de invasão armada por parte dos Estados Unidos, que ainda se não verificou e que não se sabe se se verificará, em relação a esta República. Entendemos que o voto visa uma condenação a uma atitude hipotética com intuições políticas diferentes da crítica à violação dos direitos humanos. Não podemos compreender que uma força política que se recusa a condenar a invasão e a ocupação por tropas estrangeiras de outros países, que se recusa a condenar a violação dos direitos humanos em consequência dessas situações, venha agora, com alguma hipocrisia política, atacar os Estados Unidos pela situação da República de El Salvador. Sabemos, e sempre criticámos essa análise, que a invasão do Afeganistão motivou sentimentos de anti-sovietismo primários e é por isso que não podemos admitir que a situação de El Salvador provoque sentimentos de anti-americanismo primários.

Assim iremos votar a favor dos votos da UEDS e da UDP porque somos contra a violência e contra a violação dos direitos humanos. Não votamos estes votos por querermos atingir este ou aquele país, pois isso é contrário à nossa estratégia política ou das forças às quais estamos ligados.

Aplausos do PS, da ASDI e da UEDS.

O Sr. Presidente: — Continuam em discussão os três votos sobre a República de El Salvador.

Tem a palavra a Sr.ª Deputada Helena Cidade Moura.

A Sr.ª Helena Cidade Moura (MDP/CDE): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O MDP/CDE referiu-se expressamente à situação na República de El Salvador em 27 de Março, propondo um voto de pesar a esta Assembleia quando do assassinio do arcebispo Óscar Romero. Nessa altura dissemos que este era um «glorioso marco na luta continuada e obscura que muitos homens e muitas mulheres prosseguem,

no sentido da libertação dos povos, da repressão dos interesses desenfreados, na busca de uma nova ordem onde todos os homens possam viver a sua humanidade».

No dia 25 de Abril, evocando a luta em El Salvador, dissemos ser «louco o desespero dos que querem travar a marcha natural do homem». Recentemente ainda tivemos ocasião de evocar aquelas quatro freiras assassinadas e escondidas na terra pela Junta salvadorenha. Um longo percurso, uma longa resistência, marca o caminho que leva ao ponto desta Assembleia propor um voto, em vésperas de uma nova ofensiva, mais determinada, pelos Estados Unidos. A política americana consistiu até agora em fazer acreditar que a Junta salvadorenha praticava uma política centrísta. Depois dos assassinatos das quatro freiras e dos seis dirigentes da Frente Democrática Revolucionária ocorridos ultimamente, o Presidente Carter viu-se obrigado a lamentar o reforço da direita na Junta. Procurando justificar a sua política, o Governo dos Estados Unidos reconhece que a prepotência e a crueldade se encontram aliados ao «reforço da direita». Apesar disso e apesar dos 8000 assassinados dos últimos meses, na ânsia de evitar uma nova Nicarágua, a América hesita, segundo expressão de um jornalista do *Le Monde*, entre os «direitos do homem» e os «direitos dos Estados Unidos».

No 15.º Congresso, em Madrid, a Internacional Socialista denunciou mais uma vez o terror instalado na República de El Salvador. E esse horror é tanto e tão grande que não teríamos coragem de repetir aqui, nesta Assembleia, as crónicas dos jornalistas, de resto também muitos deles vítimas já das armas assassinas da Junta. Os católicos e a hierarquia da Igreja de El Salvador têm dado um testemunho de humanidade, de capacidade de viver coerentemente até à morte, e é hoje razão de orgulho para todos os cristãos e para todos os homens.

O MDP/CDE assinou com o Partido Comunista a proposta de voto a esta Assembleia no sentido de expressar a sua viva repugnância pela crueldade e pelo abuso do poder e para se solidarizar e prestar homenagem à luta do povo de El Salvador. O MDP/CDE apoia e louva os votos da UEDS e da UDP.

Aplausos do MDP/CDE e do PCP.

O Sr. Presidente: — Continuam em discussão os três votos.

Pausa.

Não havendo mais inscrições, vamos votar o voto da UEDS.

O Sr. Borges de Carvalho (PPM): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Borges de Carvalho (PPM): — Sr. Presidente, pedímos que o voto da UEDS fosse votado por alíneas.

O Sr. Lopes Cardoso (UEDS): — Dá-me licença, Sr. Presidente?

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Lopes Cardoso (UEDS): — Sr. Presidente, pela nossa parte, não temos nada a objectar.

O Sr. Rui Amaral (PSD): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Rui Amaral, para que efeito pede a palavra?

O Sr. Rui Amaral (PSD): — Sr. Presidente, era exactamente para formular o mesmo requerimento que o Sr. Deputado do PPM acaba de fazer.

O Sr. Presidente: — Não havendo objecções, assim se fará.

Vai ser lida a primeira alínea do voto da UEDS.

Foi lida. É a seguinte:

Condena energicamente a violação dos direitos humanos em El Salvador.

O Sr. Presidente: — Vamos votar a primeira alínea do voto da UEDS.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

O Sr. Presidente: — Vai proceder-se à leitura da segunda alínea do mesmo voto.

Foi lida. É a seguinte:

Exprime a sua solidariedade com a legítima luta do povo salvadorenho para implantar no seu país um regime de liberdade e democracia.

O Sr. Presidente: — Vamos votar a segunda alínea.

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor do PSD, do CDS, do PCP, do PPM, da ASDI, da UEDS, do MDP/CDE e da UDP e com a abstenção do Sr. Deputado do CDS Meneses Falcão.

O Sr. Presidente: — Vai proceder-se à leitura da terceira e última alínea do voto da UEDS.

Foi lida. É a seguinte:

Apela para a comunidade internacional, em especial, para a Organização das Nações Unidas, a fim de que reconheça a legitimidade da luta do povo salvadorenho e impeça, por todos os meios ao seu alcance, qualquer intervenção externa nos assuntos internos de El Salvador.

O Sr. Presidente: — Vamos votar.

Submetido à votação, foi aprovada, com votos a favor do PS, do PCP, da ASDI, da UEDS, do MDP/CDE e da UDP, com votos contra do CDS e com abstenções do PSD, do PPM e de cinco deputados do CDS.

O Sr. Presidente: — Passarmos agora à votação do voto apresentado pelo PCP e pelo MDP/CDE.

Submetido à votação, foi rejeitado, com votos a favor do PCP, da UEDS, do MDP/CDE e da UDP, com votos contra do PSD, do CDS e do PPM e com abstenções do PS e da ASDI.

O Sr. Presidente: — Vamos votar agora o último voto sobre El Salvador, apresentado pela UDP.

Submetido à votação, foi aprovado, com votos a favor do PS, do PCP, da ASDI, da UEDS, do MDP/CDE e da UDP, com votos contra do CDS e com abstenções do PSD e do PPM.

O Sr. Presidente: — Para uma declaração de voto, tem a palavra a Sr.ª Deputada Alda Nogueira.

A Sr.ª Alda Nogueira (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Votámos a favor dos três votos de protesto aqui apresentados — um pelo grupo parlamentar do meu partido e pelo Grupo Parlamentar do MDP/CDE, outro pelo Grupo Parlamentar da UEDS e outro ainda pelo Sr. Deputado da UDP, Mário Tomé — contra a situação em El Salvador. Fizemo-lo pelas razões já expostas na nossa intervenção de 15 de Janeiro, onde denunciámos não só a actuação criminosa da clique do ditador Napoléon Duarte contra o povo e os patriotas salvadorenhos, como a cumplicidade, a instigação e o apoio económico, político e militar das autoridades governamentais dos Estados Unidos.

As notícias divulgadas internacionalmente nestes últimos dias sobre a situação em El Salvador — quer quanto aos crimes, torturas e assassinatos que ali continuam a ser cometidos pela Junta reaccionária no Poder contra os patriotas e democratas salvadorenhos, quer quanto à repressão em geral da luta do povo de El Salvador, quer ainda quanto à ajuda económica e militar confessada publicamente pelo Governo americano a toda esta política de crimes e genocídio do povo salvadorenho, em luta pela sua libertação sob a direcção da frente democrática de massas e da Frente Furabundo Marti — todas as notícias, repetimos, divulgadas nos últimos dias, mais não fazem do que confirmar o agravamento da situação neste pequeno país da América Latina.

Só no último ano, confirma-se, foram assassinados mais de 10 000 salvadorenhos e cerca de 170 000 cidadãos tiveram de abandonar o seu país por a sua vida correr risco. Segundo a declaração do Comité pela Libertação dos Presos Políticos de El Salvador, a Junta governamental elaborou um plano de extermínio físico de todos os presos. Redobradas são, pois, as razões para a posição que acaba de ser tomada nesta Assembleia da República pelo Grupo Parlamentar do PCP. Não queremos, porém, terminar esta declaração de voto sem chamar a atenção e sublinhar a gravidade das notícias vindas a público nos últimos dias sobre a venda de armas por Portugal aos ditadores de El Salvador, da África do Sul e não só, notícias que ainda não estão oficialmente esclarecidas pelo governo da «AD» e que urge esclarecer.

Finalmente, queremos saudar daqui mais uma vez, as vitórias alcançadas nestes últimos dias pelos patriotas de El Salvador na luta pela sua libertação, pela independência, pela democracia e pela paz na sua terra, exprimindo ao mesmo tempo a nossa profunda convicção de que, sejam quais forem as «ajudas» do imperialismo estrangeiro ao regime ditatorial de terror e opressão em El Salvador, a luta do povo salvadorenho será vitoriosa.

Quanto às acusações feitas aqui pelo Sr. Deputado João Lima, queremos sublinhar, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que não confundimos — nem confundiremos jamais — situações tão diferentes como são as que se passam nas diversas partes do mundo e não podemos, sob que pretexto for, ignorar a responsabilidade directa do imperialismo americano na situação que se vive em El Salvador. Repudiamos as acusações de hipocrisia que nos são feitas e verberamos a atitude do Sr. Deputado João Lima, porque ela significa tão-só a tentativa de branquear as mãos ensanguentadas do imperialismo americano devido aos múltiplos crimes cometidos ao longo de *dezenas* de anos, desde o Vietname a tantas outras partes do mundo...

O Sr. Carlos Lage (PS): — Olhem para as vossas próprias mãos!

A Oradora: — ... embora, hipocritamente, os dirigentes desse mesmo imperialismo falem, à boca cheia, da defesa dos direitos humanos.

Vozes do PCP: — Muito bem!

A Oradora: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Nada nos fará afastar da nossa posição!

Aplausos do PCP e do MDP/CDE.

O Sr. João Lima (PS): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado João Lima não pode fazer uma declaração de voto, porque o voto foi apresentado pela UEDS.

O Sr. Carlos Lage (PS): — Dá-me licença, Sr. Presidente?

O Sr. Presidente: — Tenha a bondade, Sr. Deputado.

O Sr. Carlos Lage (PS): — Sr. Presidente, lembro que foram apresentados e votados três votos e para cada voto era possível fazer uma declaração de voto.

O Sr. Deputado João Lima pode fazer uma declaração de voto e pode protestar contra as declarações da Sr.^a Deputada do PCP que acaba de falar, por isso tem direito a usar da palavra, quer com um estatuto, quer com o outro.

O Sr. Presidente: — Salvo o devido respeito, a Mesa pensa o contrário, porque a discussão dos três votos foi conjunta e, como sabe, não há protestos em relação a uma declaração de voto. Além disso, nos termos regimentais, quem intervém na discussão dos votos não tem direito a fazer declarações de voto. Se o voto tivesse sido apresentado pelo Partido Socialista, o Sr. Deputado podia fazer a sua apresentação e uma declaração de voto, mas, neste caso, a Mesa entende o contrário. É esta a praxe da Assembleia. Porém, se a Assembleia entender dever estabelecer outra praxe, a Mesa não se opõe.

O Sr. Carlos Lage (PS): — Sr. Presidente, não creio que haja qualquer praxe nesse sentido. Há um certo

consenso, quando há dois ou mais votos sobre o mesmo assunto, no sentido de que se poder fazer a sua discussão e as declarações de voto conjuntamente. Mas se algum partido reclamar no sentido de haver declarações de voto separadas, isso não lhe pode ser negado.

De qualquer maneira, o meu camarada João Lima tem o direito de protestar, porque foram feitas afirmações pela Sr.^a Deputada do PCP que lhe dão oportunidade para invocar o estatuto do direito de defesa; por conseguinte, o Sr. Presidente deve conceder-lhe a palavra.

O Sr. Presidente: — Para exercer o seu direito de defesa não tenho qualquer dúvida em dar-lhe a palavra.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Lima.

O Sr. João Lima (PS): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Efectivamente a Sr.^a Deputada Alda Nogueira falou em termos tais que parecia que me confundia com aquelas pessoas que apoiam a violação de direitos humanos, e realmente não é assim.

Congratulamo-nos pela aprovação dos votos da UEDS e da UDP porque eles vão no sentido de um protesto contra a violação dos direitos humanos e também no sentido da solidariedade com pessoas que, até na ponta das armas, lutam pela sua liberdade e pela sua dignidade. E estas palavras não são minhas, são da própria igreja católica de El Salvador. Mas não podemos admitir que as pessoas ou partidos políticos se aproveitem dessa situação para dirigirem a sua política em determinado sentido. Não podemos admitir que se condenem os Estados Unidos por uma hipotética invasão de El Salvador sem se condenar os acontecimentos do Afeganistão. Se não se demonstrar que as situações são diferentes, não temos autoridade nem legitimidade para, neste caso, condenar os Estados Unidos! E, aliás, Sr. Presidente e Srs. Deputados, já temos um precedente: lembremo-nos do caso do Vietname, no qual estivemos na primeira linha de protesto contra a acção dos Estados Unidos! Mas não nos esquecemos de 1968 na Checoslováquia, como não possemos esquecer da Polónia e de tantos outros casos!

Aplausos do PS, do PSD, do PPM, da ASDI e de alguns deputados do CDS.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Temos de ter autoridade moral para falar. Estamos aqui para defender as liberdades e os direitos humanos, não estamos aqui para defender a política dos Estados Unidos ou a política da União Soviética! É essa a diferença! Nós defendemos direitos, não defendemos as políticas dos outros!

Aplausos do PS, do PSD, do CDS, do PPM e da ASDI.

A Sr.^a Alda Nogueira (PCP): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Para que efeito, Sr.^a Deputada?

A Sr.^a Alda Nogueira (PCP): — Para contraprotestar, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Não dei a palavra ao Sr. Deputado João Lima para contraprotestar, mas sim para usar do direito de defesa.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Defesa de quê? Foi acusado de quê?

A Sr.^a Alda Nogueira (PCP): — Sr. Presidente, penso que o Sr. Deputado João Lima protestou no uso do seu direito de defesa e, portanto, creio que tenho o direito de contraprotestar.

O Sr. Presidente: — Bem ... tem V. Ex.^a a palavra, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a Alda Nogueira (PCP): — Em primeiro lugar, quero chamar a atenção da Câmara, e particularmente, a do Sr. Deputado João Lima para o facto de ser significativo donde vieram os aplausos de apoio à sua intervenção,...

Protestos do PS, do PSD e do CDS.

... exactamente daqueles que enchem a boca com a defesa dos direitos humanos e que, na prática, os violam a todo o momento e nas mais variadas situações.

Protestos do PS, do PSD e do CDS.

Em segundo lugar, queria apenas dizer que o Sr. Deputado João Lima não tem o direito de admitir ou não que o meu grupo parlamentar venha aqui defender esta ou outra posição, venha aqui denunciar factos conhecidos e confessados publicamente. Não se trata de qualquer invasão — eu nem sequer usei a palavra invasão —, mas de apoio económico, militar e político dado pelo imperialismo americano e confessado pelos próprios dirigentes dos Estados Unidos. Será que o Sr. Deputado João Lima é mais papista que o Papa?

O Sr. Carlos Lage (PS): — A senhora é que é mais kremlinista que o Kremlin!

A Oradora: — É caso para se perguntar ... Fico-me por aqui, Sr. Presidente ...

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Oliveira Dias, para uma declaração de voto.

O Sr. Oliveira Dias (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em relação aos vários votos apreciados e votados assumimos, com toda a sinceridade, a condenação da violação dos direitos humanos em El Salvador proposta pelos Srs. Deputados da UEDS. Essa condenação diz respeito às violações dos direitos humanos, que prezamos e defendemos, venham elas donde vierem, sejam quais forem os seus autores materiais e morais.

A seguir a isto a nossa posição diferenciou-se, na medida em que nos não parece que estejam esgotadas as possibilidades de desenvolvimento da acção da Junta Militar de El Salvador na luta contra os ataques que desde há muitos meses têm sido movidos tanto por forças da extrema-direita como da extrema-esquerda.

Nós sabemos bem — e disso tivemos experiência em Portugal — quanto podem ser, na prática, difíceis e

limitados os poderes de intervenção de uma junta governativa em situações perturbadas e extremamente conflituosas como esta. Em todo o caso, as informações que temos não nos permitem retirar à Junta presidida por Napoleón Duarte o apoio que lhe demos, aqui nesta Sala, quando ela iniciou o seu esforço no sentido de abrir perspectivas de normalização democrática à vida política do seu país contra ultrajes e contra a força física provenientes, repito, tanto da extrema-esquerda como da extrema-direita.

Em relação ao voto do PCP, votámos contra, porque quando o Partido Comunista fala em liberdade e em opressão, em regra, não está a falar da mesma liberdade de que falam os homens e os países livres. Segundo palavras aqui repetidas, o Partido Comunista ao falar de liberdade refere-se à Reforma Agrária, no seu entendimento do que ela deve ser, refere-se ao controle operário e às nacionalizações.

A Sr.^a Alda Nogueira (PCP): — Isso são conquistas de Abril!

O Orador: — Estas são palavras ouvidas muitas vezes da boca dos Srs. Deputados do Partido Comunista!

O Partido Comunista, quando invoca a defesa da liberdade, pretende instrumentalizar a palavra para a pôr ao serviço da sua estratégia de conquista do Poder, e a isso nós opomos-nos e continuaremos a opor-nos, onde quer que tal se processe, seja em relação a quem for que essas vozes se levantem!

Aplausos do CDS.

Em relação às declarações prestadas pelo Partido Comunista a este respeito, não posso deixar sem uma observação de protesto a referência feita pela Sr.^a Deputada à venda de armas. Isso de transacções de armas para boas mãos é negócio dos senhores, não é negócio do Governo da AD, nem nunca será!

Aplausos do CDS.

E queria ainda dizer-lhe que é efectivamente significativa — como tem sido todos estes anos — a distribuição dos aplausos em relação à intervenção do Sr. Deputado João Lima, porque aplaudiram as suas palavras aqueles que defendem, no nosso entendimento, a liberdade e os direitos humanos, e não o vosso entendimento e a instrumentalização que deles fazem.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Finalmente, em relação ao voto da UDP, queria dizer que consideramos que o voto não está mal redigido, simplesmente opomos-nos — ao contrário do que acontece com a UDP — à guerrilha sistemática como método para a conquista e para o estabelecimento de regimes democráticos. Os partidos que, como a UDP, vivem da guerrilha defendem-na, nós não somos defensores da guerrilha, porque consideramos que não é assim que se constrói um regime democrático em parte nenhuma do Mundo.

Aplausos do CDS.

O Sr. Presidente: — Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Borges de Carvalho.

O Sr. Borges de Carvalho (PPM): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Infelizmente mais uma vez foram trazidos a este Plenário votos de protesto contra violações dos direitos humanos que aqui, ali e acolá, com uma periodicidade aterradora, alarmam a humanidade. Lembro à Câmara que ainda há um ano aqui votámos um voto do mesmo teor, embora referido a outra região do Globo. Nós somos contra as violações dos direitos humanos, quer elas se processem em El Salvador, no Vietname, no Afeganistão, no Irão, seja onde for.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A nossa solidariedade — como dizia aqui há um ano o Sr. Deputado José Luís Nunes — está incondicionalmente com as vítimas. No entanto, queremos aproveitar esta nossa declaração de voto para, ao mesmo tempo que manifestamos a nossa solidariedade com as vítimas de El Salvador, manifestar a nossa ansiedade pelas ameaças de instrumentalização da justa luta daquele povo pela liberdade e pela democracia, instrumentalização essa que já sentimos em Portugal e que está um pouco por toda a parte.

Nós não temos antolhos, e muito menos temos — como é o caso do Partido Comunista — um só antolho, que o faz olhar numa só direcção, e, portanto, manifestamos a nossa solidariedade, a nossa inquietação e a nossa esperança de que o povo de El Salvador, como todos os outros povos do Mundo, saiba encontrar a via correcta da dignidade humana, da democracia e da liberdade.

Aplausos do PPM e do PSD.

O Sr. Presidente: — Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Lopes Cardoso.

O Sr. Lopes Cardoso (UEDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Uma muito curta declaração de voto, mais no sentido de precisar o entendimento que nós demos ao nosso próprio voto do que qualquer outra coisa.

É claro que é legítimo que cada um dos Srs. Deputados interprete o nosso voto como julgar mais correcto e mais conveniente. Mas queremos dizer aqui, muito claramente, que, ao condenarmos a violação dos direitos humanos em El Salvador, estávamos, e estamos, a condenar as violações cometidas pela Junta Militar e entendemos que não se pode ser solidário com aqueles que lutam em El Salvador, nem condenar a violação dos direitos humanos, sendo-se solidário com aqueles que os perpetram, sendo-se solidário com a Junta Civil e Militar de El Salvador.

É evidente que nós condenamos — e sempre condenámos — todas as violações dos direitos do homem, venham elas donde vierem, e se não reivindicamos aqui, nesta Câmara, o máximo de autoridade moral para o fazer é porque reconhecemos a outros deputados essa mesma autoridade moral, mas não reconhecemos a nenhum deputado mais autoridade moral do que a que nós temos para fazer essa condenação.

Mas, no caso concreto, não se trata de condenar em abstracto violações dos direitos do homem, trata-se, sim, de condenar aquelas que se praticam em El Salvador, e aí tem que se ter em conta quem são os responsáveis por essas práticas. Para nós é inequívoco e fora de dúvida que as responsabilidades cabem à Junta Militar e tudo o mais é uma tentativa de

esconder a realidade através de uma amalgama. Esta não é uma condenação puramente platónica, é uma condenação — e perdoem-me a dureza da expressão — hipócrita, tão hipócrita, Sr. Presidente e Srs. Deputados, como o espectáculo que os jornais relatam, e que se passa hoje no nosso país, quando se prestam honras militares àquele que foi o chefe dos torcionários da polícia política, àquele que foi um dos responsáveis pelo assassinato do general Humberto Delgado.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Nestas coisas não pode haver dois pesos nem duas medidas, não se pode condenar por um lado e absolver por outro.

Aplausos da UEDS e do PS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé, também para uma declaração de voto.

O Sr. Mário Tomé (UDP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A UDP atribui à vitória da luta do povo de El Salvador uma grande importância, como, de resto, à de todos os povos em luta contra a exploração e repressão internas e por se libertarem da dominação colonialista, neocolonialista e imperialista.

Por isso a UDP desenvolveu esforços junto de outros grupos parlamentares com a finalidade de obter um voto comum, de todos os partidos representados nesta Assembleia, que sublinhasse fortemente o isolamento da Junta reaccionária de El Salvador e o apoio à luta do povo salvadorenho pela democracia e pela liberdade, dirigida pela Frente Democrática. Só porque isso se mostrou impossível a UDP apresentou o seu próprio voto redigido por forma a obter o máximo apoio, pondo portanto de parte a expressão de algumas ideias que lhe são próprias.

O CDS mostrou que não é democrata e fica atrás dos próprios bispos cristãos de El Salvador. O CDS apenas apoia a violência do poder reaccionário da Junta e dos grupos fascistas sustentados por esta.

Porque apoia firmemente a causa da liberdade e da democracia em todo o mundo, a UDP se opõe a todas as ingerências externas, nomeadamente as intervenções militares formuladas ou levadas a cabo pelas potências imperialistas ou pelos seus lacaios de serviço. Mas também considera dever de todos os democratas ajudarem por todos os meios a justa luta contra a tirania, a exploração e a opressão. A expressão dessa solidariedade alarga-se aos países vizinhos de El Salvador, aos próprios Estados Unidos da América e à Europa.

Em Lisboa, no próximo domingo, será levada a efecto uma sessão pública na Voz do Operário promovida pela FUP, a OUT, o PSR e a UDP e com o apoio do CIDAC, do Grupo de Solidariedade com a América Latina e da Comissão Nacional de Apoio aos Povos em Luta, com a finalidade de conscientizar a opinião pública portuguesa para o apoio à luta do povo salvadorenho, alertando-a contra uma possível invasão militar promovida pelos Estados Unidos, condenando as ditaduras da América Latina e a visita a Portugal de um dos seus representantes, o Presidente Baptista de Figueiredo, do Brasil.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O fornecimento de armas por Portugal a governos racistas e fascistas, amplamente divulgado na imprensa, deve ser interpretado como uma acção objectivamente tendente a impedir a luta popular pela liberdade e independência.

Ministros da Igreja — da mesma Igreja que proclama a impossível e reaccionária concórdia entre vítimas e carrascos e que só a estes favorece —, empurramos pela determinação dos explorados, defendem expressamente o direito à luta armada por parte de um povo sujeito à tirania. Fê-lo o arcebispo Romero assassinado por causa disso e fá-lo o bispo Tomás Balduíno em El Salvador.

A UPD considera que os povos de todo o mundo têm em si a força necessária para vencerem e que as teorias e a experiência revolucionárias lhes darão a orientação necessária para se libertarem da dominação ou tutelas estrangeiras e da exploração e repressão internas. E só dessa forma a libertação será efectiva e o socialismo, como expressão máxima dessa libertação, será enfim uma realidade.

Os operários e revolucionários de todo o mundo assumem a direcção das lutas de libertação dos povos e não se deixarão cair nas esparrelas armadas por aqueles que lhes dizem serem as burguesias internas suas aliadas, quando não passam de fiéis vassalos do imperialismo americano; ou por aqueloutros que os querem subordinar a mascaradas de socialismo, servidores dos interesses do imperialismo soviético; ou ainda pelos que se atrelam para impedir o desenvolvimento da revolução até às suas últimas consequências, apelando à conciliação com o inimigo depois de este ter sido derrotado, como faz a Internacional Socialista, fiel gestora dos interesses das multinacionais americanas e principalmente alemãs.

Vozes do PS: — Não apoiado!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A revolução é gerada pelo imperialismo e tornou-se no único caminho para as grandes massas exploradoras alcançarem a democracia, a liberdade, o bem-estar e a paz. A revolução é um problema candente que exige solução e os operários, os revolucionários, os democratas e os patriotas levá-la-ão por diante onde quer que exista exploração e opressão. O povo de El Salvador triunfará e o seu exemplo já está a dar frutos visíveis nas Honduras, na Guatemala e na Colômbia.

O imperialismo está cada vez mais feroz à medida que se sente esboçoar, corroído de contradições inultrapassáveis e demolido pelas machadadas da revolução. De nada lhe valerá a ferocidade. O sol do socialismo desponta no horizonte.

O Sr. Presidente: — Para o mesmo efeito, tem a palavra o Sr. Deputado Magalhães Mota.

O Sr. Magalhães Mota (ASDI): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Também nós, e naturalmente, nos associamos aos votos que condenam as violações dos direitos humanos que em El Salvador se verificam.

Fizemo-lo, como sempre temos feito, porque pensamos que a nossa solidariedade não tem fronteiras, que os direitos do homem em toda a parte merecem

ser respeitados e vividos e que, como ainda há pouco lembrava Lopes Cardoso, é cada um de nós que é limitado na sua liberdade quando a liberdade dos outros não é salvaguardada. Mas do mesmo modo quisemos significar que neste mesmo espírito vemos com grande dúvida e scepticismo que um poder qualquer possa respeitar dentro das suas fronteiras os mesmos direitos que fora delas não respeita nem assume. E daí também o sentido expresso nas nossas votações.

Poderíamos lembrar-nos a propósito que Montesquieu dava o mesmo valor e a mesma importância ao direito internacional que aos direitos políticos, por isso talvez não seja indiferente no meio desta votação e desta discussão recordar que era ele quem dizia que «aos governos despóticos basta o terror, pois a virtude não lhes é necessária e a honra seria perigosa».

Vozes da ASDI e do PS: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Também pela nossa parte não poderíamos do mesmo modo votar todos os votos presentes na Mesa. A democracia não é uma arma de arremesso; a democracia não serve para ser por nós instrumentalizada e lançada ao rosto dos adversários como qualquer coisa que pudesse ser apropriada; a democracia é exigente e é especialmente exigente para connosco próprios, para aqueles que nos reclamamos dela e que por isso mesmo somos por ela responsabilizados, e de tal modo que não podemos assumi-la com dois pesos e duas medidas.

Nós não ignoramos as situações que decorrem em toda a parte do mundo e não as vemos para um só lado, isto é, e por outras palavras, nós não vemos só o Afeganistão, mas não ignoramos o Afeganistão.

Aplausos da ASDI, do PS e da UEDS.

O Sr. Presidente: — Tem também a palavra, para uma declaração de voto, a Sr.^a Deputada Cecília Catarino.

A Sr.^a Cecília Catarino (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Grupo Parlamentar do PSD votou favoravelmente os pontos 1) e 2) do voto apresentado pela UEDS pois que, como partido humanista, defensor intransigente da paz, da liberdade, da democracia e dos direitos humanos, condena todas e quaisquer formas de violação dos mesmos, onde quer que se efectivem e sejam quais forem os seus autores, assim como não pode deixar de manifestar a sua solidariedade para com as legítimas lutas dos povos que visem a conquista dos altos valores da liberdade e da democracia.

Absteve-se no que concerne ao ponto 3) por entender que um apelo à Comunidade Internacional e à Organização das Nações Unidas em especial nos termos expressos e tendo em conta o considerando enunciado, pode levar, em última análise, a uma efectiva ingerência nos assuntos internos de El Salvador, o que de modo nenhum podemos admitir.

Porém, e já no que diz respeito ao voto de protesto apresentado pelo PCP, não pode o Grupo Parlamentar do PSD associar-se à demagogia balofa e barata que traduz. Na realidade, que credibilidade

nos pode merecer o voto apresentado pelo PCP se, perante outras situações de flagrante violação dos direitos humanos, de soberania dos povos e dos mais caros princípios de liberdade e de democracia — veja-se o caso da invasão e ocupação do Afeganistão — esse mesmo partido nada reclamou. Será que nuns casos os violadores dos direitos humanos e de soberania são qualificados de «bons» e noutras casos de «maus»?

Não nos parece que deverá ser assim e porque sempre fomos e sempre continuaremos a ser intransigentes defensores da democracia e da liberdade, mas da real e verdadeira democracia e liberdade, recusamo-nos a pactuar com atitudes demagógicas como a do PCP.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Afirmamos mais uma vez a nossa solidariedade para com o povo salvadorenho na luta pela democracia, pela liberdade e pela paz. Acreditamos que a justiça da sua luta será o maior garante da vitória da democracia em El Salvador.

Aplausos do PSD.

ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, entrando agora no período da ordem do dia, e antes de recomeçarmos a discussão do pedido de ratificação n.º 31/II, concedo a palavra ao Sr. Deputado Vilhena de Carvalho para que proceda à leitura de um relatório da Comissão de Regimento e Mandatos.

O Sr. Vilhena de Carvalho (ASDI): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, o relatório e parecer da Comissão de Regimento e Mandatos é do seguinte teor:

Em reunião realizada no dia 29 de Janeiro de 1981, pelas 14 horas e 30 minutos, foi apreciada a seguinte substituição de Deputados:

1 — Solicitada pelo Partido da União de Esquerda para a Democracia Socialista:

Maria Teresa Dória Santa Clara Gomes (círculo eleitoral de Aveiro) por António Ferreira Guedes. Esta substituição é pedia por um período não superior a seis meses.

2 — Analisámos os documentos pertinentes de que a Comissão dispunha, verificou-se que o substituto indicado é realmente o candidato não eleito que deve ser chamado ao exercício de funções, considerando a ordem de precedência da respectiva lista eleitoral apresentada a sufrágio pelo aludido partido no concernente círculo eleitoral.

3 — Foram observados os preceitos regimentais e legais aplicáveis.

4 — Finalmente, a Comissão entende proferir o seguinte parecer:

A substituição em causa é de admitir, uma vez que se encontram verificados os requisitos legais.

5 — O presente relatório foi aprovado por maioria, com a abstenção do deputado da União Democrática Popular.

A Comissão: O Presidente, Mário Júlio Montalvão Machado (PSD) — Secretário, Alexandre Correia de Carvalho Reigoto (CDS) — Secretário, José Manuel Maia Nunes de Almeida (PCP) — António Duarte e Duarte Chagas (PSD) — Cristóvão Guerreiro Norte (PSD) — Maria Adelaide S. de Almeida e Paiva (PSD) — Mário Marques F. Maduro (PSD) — Nicolau Gregório de Freitas (PSD) — Valdemar Cardoso Alves (PSD) — Armando dos Santos Lopes (PS) — Bento Elísio de Azevedo (PS) — Alfredo Pinto da Silva (PS) — António Jacinio Martins Canaverde (CDS) — Álvaro Augusto Veiga de Oliveira (PCP) — Manuel Cardoso Vilhena de Carvalho (ASDI) — Helena Tâmega Cidade Moura (MDP) — Mário António Baptista Tomé, (UDP).

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, não havendo oposição, entende-se que o relatório é aprovado por maioria.

Passamos agora à continuação da discussão, na generalidade, do pedido de ratificação n.º 31/II, relativamente ao Decreto-Lei n.º 340/80, de 30 de Agosto, que cria a zona de jogo de Tróia, no concelho de Setúbal.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Teixeira.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Sr. Presidente, antes de dar início à minha intervenção gostaria de saber se a Mesa tem informação sobre a presença ou não no hemiciclo de algum representante do Governo, visto que no decurso da minha intervenção tenho algumas questões que quero colocar directamente ao Governo.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Estão a preparar o jogo!

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, de facto não lhe posso dar essa informação, no entanto, disseram-me agora que estão a chegar alguns Membros do Governo.

O Orador: — Nesse caso, se for possível, gostaria de aguardar a sua chegada, Sr. Presidente.

Entretanto, tomaram assento na bancada do Governo o Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministério de Estado e os Srs. Secretários de Estado dos Desportos, do Trabalho e do Turismo.

O Sr. Presidente: — Julgo que poderá fazer agora a sua intervenção, Sr. Deputado Octávio Teixeira.

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O processo de criação da zona de jogo em Tróia é debatido nesta Assembleia pela terceira vez, o que, se não é um record, para lá caminha.

Importa, pois, começar por saber quais as questões principais que tal processo encerra.

Pela nossa parte, julgamos ser de apontar dois aspectos essenciais: por um lado, as razões que levaram à

criação de uma zona de jogo precisamente em Tróia e, por outro lado, saber se o jogo tem qualquer relação com o desenvolvimento do turismo.

O processo foi desencadeado por uma exposição da Torralta em finais de Outubro de 1978 ao III Governo Constitucional em fase de mera gestão de assuntos correntes, em que aquela empresa solicitava a concessão da adjudicação da exploração do jogo com dispensa de concurso público.

Nessa altura estava já em formação o que viria a ser o governo Mota Pinto.

Recorde-se que neste governo participou o Sr. Proença de Carvalho, presidente do conselho de administração da Torralta, que veio a ficar conhecido como o «Ministro da Propaganda».

Três meses após a tomada de posse, em 28 de Fevereiro, o governo Mota Pinto deu à luz o Decreto-Lei n.º 33/79, criando a zona de jogo permanente de Tróia, que no seu preâmbulo afirmava, nomeadamente, que «O jogo foi desde sempre uma realidade entre nós intimamente ligada ao turismo».

Não sabemos em que se baseou o governo para fazer tal afirmação, mas também isso nos preocupa sobremaneira.

Requerida a ratificação daquele decreto-lei pelo PCP e pelo PS, e embora o diploma não adjudicasse automaticamente a zona de jogo à Torralta, a verdade é que esta empresa se dirigiu formalmente à Assembleia da República, afirmado, nomeadamente, que «a Torralta sente que tem direito, pelo menos, igual ao de outras concessionárias».

Isto é, logo à partida e talvez por mero descuido, a administração da Torralta informava a Assembleia da República daquilo que posteriormente veio a ser confirmado no debate travado nesta Assembleia, através das intervenções do então Ministro do Comércio e Turismo: a criação da zona de jogo em Tróia tinha em si só um destinatário, a Torralta.

Convém desde já realçar que, tendo ficado claro que a zona de jogo em Tróia tinha sido criada para a Torralta, o PSD e o CDS votaram favoravelmente a ratificação.

Mas a Assembleia da República negou a ratificação àquele diploma do governo Mota Pinto/PSD/CDS, impedindo a negociação, o que levou os Srs. Silvas, com toda a arrogância, a «carguir a nulidade absoluta da votação» e a «requerer que sejam cumpridas as disposições regimentais» e respeitada a Constituição.

É um espanto! Uma jogada digna de um qualquer Herculano Quintanilha.

Mas o governo Mota Pinto já tinha o destino traçado, o seu fim adivinhava-se breve, e os tempos próximos não deixavam admitir que os ventos soprasssem de feição às pretensões da administração da Torralta.

Em Junho de 1980 o governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral, colocando o carro à frente dos bois, solicitou à Assembleia da República «autorização legislativa sobre a criação, em relação à zona de jogo de Tróia, dos impostos cobrados nas restantes zonas de jogo». Em 30 de Agosto, um mês e meio depois, o governo Sá Carneiro publicou o Decreto-Lei n.º 340/80, criando a tal zona de jogo de Tróia, que veio a ser regulamentado em 8 de Outubro, após as eleições legislativas. Posteriormente, já depois das eleições presidenciais, de triste memória para a «AD», a

Torralta assinou um contrato de viabilização, envolvendo valores da ordem dos 9 milhões de contos.

Entretanto, e desde meados do ano, na RTP reinava, despoticamente, o ex-Ministro da Propaganda, Sr. Proença de Carvalho, que colocou aquele importante órgão de comunicação social inteiramente ao serviço exclusivo dos interesses eleitorais da «AD» e do seu general candidato estrondosamente derrotado em 7 de Dezembro.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Dirão alguns Srs. Deputados da «AD» e o actual Governo que a criação da zona de jogo de Tróia pelo governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral foi ditada exclusivamente por razões económicas de interesse nacional, que não foi feita qualquer adjudicação automática à Torralta, enfim, que foi aberto um concurso público, a que poderiam concorrer quaisquer empresas.

Mas vejamos.

Contrariamente ao que o Sr. Deputado Ângelo Correia afirmou nesta Assembleia na última sessão, o Decreto Regulamentar n.º 56/80, de 8 de Outubro, apenas consubstancia um «contrato inovador» nesta matéria, na medida em que é um contrato viciado nas questões de fundo e ridículo nas questões secundárias.

Exemplifiquemos: o decreto regulamentar pretende obrigar a empresa concessionária a assegurar a construção, designadamente, de um casino, um hotel e um centro de congressos em Tróia, seis hoteis espalhados por outras zonas turísticas e ainda um hotel exactamente em Coimbra.

Deixamos ao Sr. Secretário de Estado o pedido de informar esta Assembleia das diferenças existentes entre estas exigências do Governo e os projectos de investimento do grupo Torralta.

Na Portaria n.º 803/80, também de 8 de Outubro, refere-se que o casino deverá «situar-se próximo do mar e ser de fácil integração na estrutura arterial do plânio de urbanização». Como não é do nosso conhecimento que exista um plano urbanístico da península de Tróia, solicitamos ainda ao Sr. Secretário de Estado que informe se o referido plano urbanístico é o da empresa Torralta.

Quanto às exigências de a concessionária pagar à Câmara Municipal de Grândola 1500 contos anuais e de investir anualmente 2000 contos em exposições, espectáculos, provas desportivas, propaganda da zona no estrangeiro, promoção do turismo na área, etc., elas são, no mínimo, e como já afirmei, ridículas.

E já agora deixaria mais uma pergunta ao Governo: será verdade que ao concurso apareceram duas empresas, a Torralta e a Soltroia, do mesmo grupo? E uma última questão: qual a diferença entre a carga fiscal imposta pelo Governo ao jogo em Tróia, isto é, à Torralta, e a carga fiscal que incide sobre os restantes casinos? Será verdade que a carga fiscal sobre a Torralta é apenas 1/16 da que incide sobre os outros concessionários?

E, sendo assim, tal significa que o Governo pretende favorecer a Torralta ou significa antes que o Governo se prepare para reduzir a carga fiscal que incide sobre os outros casinos?

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A tentativa de justificar a criação da zona de jogo em Tróia com necessidades e objectivos de desenvolvimento turístico e económico do País não passa de hipocrisia.

O que os Srs. Agostinho da Silva e Proença de Carvalho pretendem é transformar Tróia nas «Las Vegas da Europa», como terá declarado um representante da Torralta a um grupo de banqueiros e jornalistas alemães, no relato do *Diário de Notícias*, em 10 de Março de 1979.

E, Srs. Deputados da «AD», Las Vegas nada tem a ver com o desenvolvimento turístico que defendemos para Portugal e de que o País necessita. O aproveitamento das potencialidades turísticas de que o nosso país dispõe deve assentar e desenvolver-se de acordo com um plano integrado, tendo em conta, simultaneamente, a problemática do desenvolvimento regional e da descentralização administrativa, a defesa do património paisagístico do País, a contribuição do turismo para o equilíbrio da balança de transacções correntes, a satisfação das necessidades de repouso e recreio da população portuguesa.

Nomeadamente no que concerne à península de Tróia, às suas condições naturais e à sua extensão, conjugadas com a proximidade relativamente a regiões de elevada densidade populacional, poderá e deverá ser uma zona privilegiada de apoio à população dos distritos de Lisboa e Setúbal, sem que isso invabilize, antes complemente, o seu papel potencial como centro de acolhimento de importantes fluxos turísticos externos.

A eventual criação de zonas de jogo poderá, quando muito, resultar das exigências de determinados fluxos turísticos já consolidados, mas nunca poderá ser o jogo um factor determinante e anterior ao próprio desenvolvimento turístico. E isto independentemente da nossa opinião e posição sobre as incidências sociais e culturais da expansão do jogo em Portugal.

Aliás, e sem recorrermos a exemplos externos, o próprio desenvolvimento do principal centro turístico nacional, o Algarve, é um exemplo claro e concreto de que o desenvolvimento turístico não está ligado e muito menos dependente da criação de zonas de jogo. E, se o turismo no Algarve não está mais desenvolvido, tal se deve à inexistência de um plano integrado e à confrangedora falta de infra-estruturas, em boa parte devido à não aplicação integral da Lei das Finanças Locais, e não à falta de casinos.

A Sr.^a Alda Nogueira (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Significativamente, o Programa do Governo não aponta quaisquer medidas concretas para resolver as reais deficiências e problemas do turismo português. É que não são estas as preocupações da «AD» e dos seus governos. A «AD» não está preocupada com o desenvolvimento turístico da península de Tróia, como mostra o facto de não ter um plano de aproveitamento turístico da zona, antes travando os planos que nesse sentido têm sido apresentados pela Câmara de Grândola.

A «AD» apenas está interessada em criar uma zona de jogo em Tróia para, deliberadamente, entregar a sua concessão aos Srs. Silvas e Proença, demonstrando bem o carácter da política dos seus governos, privilegiando alguns, poucos, interesses particulares, em prejuízo de legítimos interesses do povo e do País.

A Sr.^a Alda Nogueira (PCP): — Muito bem!

O Orador: — A criação e concessão da zona de jogo ao grupo Torralta é um exemplo claro da política dos governos «AD», de escandaloso favorecimento dos senhores do grande capital ligados a interesses estrangeiros. A política dos governos «AD», como mais uma vez se prova, é a política de submissão do País à vontade e aos interesses obscuros de uns quantos senhores para quem os interesses nacionais nada contam.

É ainda uma política de total desrespeito pelas regras democráticas e constitucionais, como resulta de «Governo não ter sequer consultado sobre o assunto os órgãos autárquicos competentes, nomeadamente os de Grândola e Setúbal. O Governo fez completa tábua rasa das competências em matéria de planeamento urbanístico e sobre os tipos de equipamento a instalar nas respectivas zonas de acção que legalmente são atribuídas às autarquias locais.

Esta é a política da «AD»: a ilegalidade como norma, a restauração dos grupos económicos como objectivo, o esbulho do País como consequência. A esta política dizemos não, e por isso rejeitaremos a ratificação do Decreto-Lei n.º 340/80.

Aplausos do PCP e do MDP/CDE.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Vitorino para pedir esclarecimentos.

O Sr. José Vitorino (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A intervenção do Sr. Deputado Octávia Teixeira, no que respeita às referências feitas ao Algarve, peca por manifesta má fé e desrespeito pelas decisões democráticas, em termos globais, e por desconhecimento, pelo menos, na outra parte.

Referiu o Sr. Deputado que o não desenvolvimento do turismo no Algarve se deve à falta de uma política integrada e, nomeadamente, à falta de adequadas infra-estruturas.

A Sr.^a Ercília Talhadas (PCP): — Limpe os ouvidos, porque ouve mal!

O Orador: — Não lhe vou dizer que isso não é verdade, mas o que tenho de dizer clara e honestamente é que as razões dessas deficiências não estão essencialmente onde o Sr. Deputado as procurou colocar.

V. Ex.^a disse que tal facto se deve à falta de aplicação da Lei das Finanças Locais; eu sei que o Sr. Deputado tem muita dificuldade em perceber isto, mas a lei que foi aplicada resultou da Lei do Orçamento Geral do Estado aqui aprovada e que é uma lei democrática; talvez por isso lhe faça muita confusão a sua aplicação, porque de facto ela foi aplicada.

Em segundo lugar, no que se refere às infra-estruturas, talvez o Sr. Deputado saiba, porque julgo que está bem informado, que nos anos que se seguiram ao 25 de Abril toda essa tarefa esteve a cargo de um gabinete denominado Gabinete de Planeamento do Algarve. E talvez V. Ex.^a também saiba que esse Gabinete foi durante muito tempo presidido e maioritariamente assessorado tecnicamente pelos militantes mais revolucionários e mais progressistas da praça algarvia. E o que aconteceu foi que a falta de trabalho desenvolvido não permitiu aproveitar devidamente os

financiamentos que nessa altura estavam à sua disposição, tendo, por outro lado, permitido que se instalassem estações de tratamento de esgotos sem que as condutas respectivas fossem feitas.

A Sr.^a Ercília Talhadas (PCP): — Oh, Sr. Deputado, mas nós estamos a tratar é do problema do jogo em Tróia.

O Orador: — Sr.^a Deputada, faça o favor de me ouvir, porque sobre o Algarve deve saber muito pouco ou nada. Remeta-se ao seu silêncio e fale na altura própria.

Protestos do PCP.

Mas, continuando, tanto assim foi que as estações de tratamento de esgotos se estragaram, enferrujaram, e só agora é que se estão a fazer as condutas, tendo até alguns casos sido necessário substituir equipamento nessas estações de tratamento. Portanto, o problema não é como o Sr. Deputado o pretendeu colocar, não é tão simples como diz e muito menos deve ser tratado demagogicamente, como o senhor pretende.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.^a Ercilia Talhadas (PCP): — Peço a palavra para formular um protesto, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a Ercília Talhadas (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O protesto que pretendo fazer refere-se, nomeadamente, às palavras que o Sr. Deputado José Vitorino utilizou aquando de um aparte que fiz.

De facto, o Sr. Deputado ofendeu-me quando me mandou remeter ao silêncio por não me reconhecer o direito de me pronunciar sobre o Algarve. Quero dizer-lhe apenas isto, Sr. Deputado: fui eleita pelo distrito de Setúbal, mas o estatuto de deputado dá-me o direito de intervir sobre o Algarve, sobre Trás-os-Montes, sobre o Minho, sobre todas as regiões do meu país.

Vozes do PCP: — Muito bem!

A Oradora: — Mas, se o Sr. Deputado ainda não conhece o Estatuto dos Deputados, aconselho-o a lê-lo e a estudá-lo.

Aplausos do PCP.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Ele não conhece a Constituição, quanto mais o Estatuto.

Entretanto, assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente José Vitoriano.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Teixeira para responder aos pedidos de esclarecimento do Sr. Deputado José Vitorino

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Sr. Deputado José Vitorino, começo por lhe dizer que o seu pedido de esclarecimentos confirmou em absoluto as acusações que aqui fiz à matéria de fundo e passo a explicar porquê.

Em relação ao problema da concessão da zona de jogo de Tróia, a esse problema o Sr. Deputado disse «nada», e disse «nada», porque, de facto, não pode contestar o que aqui referi sobre os interesses do grupo Torralta e a defesa desses interesses por parte da «AD».

Relativamente à referência complementar que na minha intervenção fiz sobre o Algarve, o Sr. Deputado também não tocou na questão de fundo. Chamei o Algarve à colação para demonstrar com um exemplo concreto existente no nosso país que o desenvolvimento de uma região turística não está ligado, nem muito menos dependente, da criação de zonas de jogo, contrariamente àquilo que os governos Mota Pinto, Sá Carneiro e, pelos vistos, Balsemão nos querem impingir.

Sobre a sua questão da aplicação da Lei das Finanças Locais, gostaria apenas de lhe dizer que quando referi que o desenvolvimento do Algarve não era maior porque não havia um plano integrado — como, de resto, V. Ex.^a confirmou — e que haveria uma confrangedora falta de infra-estruturas, em parte — disse eu —, isso era resultante da não aplicação da Lei das Finanças Locais. Isso é uma realidade.

Aliás, não é o facto de a Lei das Finanças Locais ter sido aprovada nesta Assembleia que anula a razão que nos assiste de continuar a considerar — como considerámos nessa altura — que a Lei das Finanças Locais não foi integralmente cumprida pelo governo Sá Carneiro quando fez aprovar o Orçamento Geral do Estado. Isso é um facto incontroverso e por isso mantém-se a nossa opinião de que as câmaras municipais do Algarve, como as de outras zonas do País, poderiam e deveriam, face à lei, ter recebido muito maiores verbas, que poderiam aplicar na criação, modernização e expansão das infra-estruturas da zona algarvia.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. José Vitorino (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra para formular um protesto.

O Sr. Presidente: — Tem V. Ex.^a a palavra.

O Sr. José Vitorino (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Naturalmente, a Sr.^a Deputada Ercília Talhadas perdeu uma grande oportunidade de demonstrar que conhece os princípios elementares da democracia. Eu disse que a Sr.^a Deputada não tinha o direito de se pronunciar porque não estava no uso da palavra. Quem estava no uso da palavra era eu, Sr.^a Deputada.

O Sr. Manuel Moreira (PSD): — Muito bem!

O Orador: — A senhora confunde o seu direito com todo o direito, não dando direitos nenhum aos outros. É essa a regra do direito e da liberdade do Partido Comunista.

Risos da Sr.^a Deputada Ercília Talhadas.

É essa a sua regra, Sr.^a Deputada.

Sobre Tróia não disse «nada», porque não estou a participar nesse debate.

Em relação ao Algarve e às câmaras, Sr. Deputado Octávio Teixeira, se fosse possível dar às câmaras todo o dinheiro do Orçamento Geral do Estado, as dificuldades resolver-se-iam de um dia para o outro — mesmo assim, se houvesse competência técnica para o efeito. Mas o Sr. Deputado, que pugna pela habitação, pela saúde, pela educação — e acho muito bem — e por outras necessidades básicas da população portuguesa, sabe que o Orçamento Geral do Estado não é nenhum poço sem fundo. É preciso repartir o melhor possível; para isso existem governos...

A Sr.^a Ercília Talhadas (PCP): — Maus governos!

O Orador: — ... que propõem o orçamento e que, democraticamente, põem em execução os seus programas, com resultados muito mais positivos do que aqueles em que directa ou indirectamente o partido do Sr. Deputado foi apoiante e interferente.

Aplausos do PSD.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Sr. Presidente, peço a palavra para um contraprotesto.

O Sr. Presidente: — Tem V. Ex.^a a palavra.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Eu gostaria de chamar a atenção da Câmara para o facto de que aquilo que o Sr. Deputado José Vitorino acabou de dizer sobre a Lei das Finanças Locais é mais uma tentativa da parte das bancadas da «AD» de tentar escamotear e iludir a questão de fundo. Não se põe a questão de todas as verbas do OGE irem para as autarquias. A questão que se põe é que nós exigimos, e continuaremos a exigir, que se cumpra uma lei democrática aprovada nesta Assembleia,...

A Sr.^a Ercília Talhadas (PCP): — Pelos senhores!

O Orador: — ... que se compra a Lei das Finanças Locais, que sejam atribuídas às autarquias as verbas a que elas, legalmente, têm direito

A Sr.^a Ercília Talhadas (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Não se pretende que às autarquias locais sejam atribuídas mais verbas. E, se a Lei das Finanças Locais fosse integralmente cumprida, o Sr. Deputado, talvez, por exemplo, o problema da habitação fosse muito mais facilmente resolvido do que será através da política centralizadora dos governos da AD.

Aplausos do PCP.

O Sr. José Vitorino (PSD): — Olhe que não. Sr. Deputado!

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Cardoso Ferreira

O Sr. Cardoso Ferreira (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Acho estranho que neste debate o Partido Comunista — que no último pedido de ratificação e no pedido de autorização legislativa sobre esta matéria teve intervenções tão enérgicas, tão

acutilantes, contra a criação da zona de jogo de Tróia — venha agora divagar sobre a Lei das Finanças Locais, perguntar se foram ouvidas as autarquias locais, como que recuando em relação à implantação de uma zona de jogo de Tróia. Isso pode ter naturalmente uma explicação, que vem da análise dos resultados eleitorais que o Partido Comunista certamente teve na zona ...

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Essa é para rir!

O Orador: — ... e do facto de para o ano termos eleições para as autarquias locais. Não é estranho ao Partido Comunista que a população de Grândola deposita grandes esperanças e grandes expectativas — e o povo é sábio — no projecto de Tróia. Naturalmente, em relação aos postos de trabalho, ao desenvolvimento da economia agrícola da zona, ao afluxo de turismo e à movimentação que vai originar não só ao concelho de Grândola, mas também ao concelho de Setúbal, as populações estão expectantes e têm o maior interesse no projecto.

Além disso, há outro aspecto que o Partido Comunista esconde, porque é a questão de fundo: é que um complexo daquela natureza, em termos de economia da zona, vai criar um pólo de desenvolvimento económico que vai alterar completamente a correlação de forças. E o Partido Comunista, que aí controla os sindicatos operários, vai ver implantado ali um forte complexo ligado ao sector de serviços, com meios humanos que não lhe serão afectos e que, portanto, não controlará.

Essa é a grande preocupação do Partido Comunista, que, esquecendo o interesse nacional que este projecto traz, se preocupa afinal com a sua implementação, com os resultados eleitorais. E que estranho partido este que, esclerosado por uma estratégia que impõe rigidamente de norte a sul do País, não permite que o seu presidente da Câmara Municipal de Grândola — que particularmente confessa que o projecto é entusiasmante e que vai proporcionar uma evolução notável na zona, a todos os níveis, de elevação da qualidade de vida de todos cidadãos que vivem no concelho — posso publicamente fazer aquela afirmação, ...

A Sr.^a Ercília Talhadas (PCP): — Diga onde é que ele fez essa afirmação?

O Orador: — ... que é uma afirmação consciente de quem está em contacto íntimo com as populações, coarctando-lhe a possibilidade de localmente manifestar a sua aprovação, o seu consenso, o seu regozijo em relação a este projecto.

O Sr. Manuel Moreira (PSD): — Muito bem!

O Sr. José Ernesto de Oliveira (PCP): — Só asneiras!

O Orador: — Não são asneiras, Sr. Deputado. É natural que isto o aflija, porque estou a ir ao fundo da questão.

Em relação às outras intervenções aqui proferidas, julgo que da parte do PS também há uma quebra notável na argumentação. Compreendo que o PS, que é mais do que repetente nesta matéria na Assem-

bleia, tenha dificuldades em intervir, porque muitas das críticas que formulou foram desmentidas cabalmente pela actuação do Governo. Afirmações como as de que a zona de jogo seria atribuída a uma empresa sem abertura de concurso, de que não existiriam os requisitos mínimos, ruíram pela base, e o PSD vai ter hoje aqui, com extrema dificuldade, de manter a chama sagrada.

Da intervenção do Sr. Deputado Luís Filipe Madeira ficámos sem saber se as contra-indicações sociais eram do jogo em geral ou se eram só da zona de jogo a implantar em Tróia. Se isto viesse a confirmar-se, levar-nos-ia a tirar conclusões muito pouco lisonjeiras das motivações do Sr. Deputado.

Para concluir, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o PSD vai conceder o seu voto a esta ratificação, na medida em que é do interesse do País, é do interesse da região do distrito de Setúbal e muito concretamente dos concelhos que vai beneficiar, muito especificamente do concelho de Grândola.

Aplausos do PSD e do CDS.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Teixeira.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Sr. Deputado Cardoso Ferreira, sobre a questão de a minha intervenção ter sido eventualmente menos vigorosa do que as de camaraadas meus em sessões legislativas anteriores não tenho nada a objectar, isso é uma análise subjetiva. Mas, sinceramente, em termos meramente pessoais, registo que o Sr. Deputado, perante algumas das afirmações que lá faço, a considera pouco vigorosa para a «AD» e para o governo da AD Sr. Deputado, isso é muito grave.

Em relação a outras questões levantadas pelo Sr. Deputado, essas, sim, deixam-me perplexo. Quando vem com a ideia de que a menor vigorosidade da minha intervenção estaria ligada a questões eleitorais, na medida em que se aproximam eleição para as autarquias, que os nossos resultados nas eleições autárquicas em 1979 teriam sido pouco menos que desastrosos — não utilizou a palavra, mas quase —, pergunto-lhe se o facto de em treze câmaras municipais existentes no distrito APU, de cuja coligação faz parte o PCP, ter obtido maioria em todas e ter maioria absoluta em onze dessas treze câmaras aponta para quaisquer resultados pouco menos que desastrosos. Se é essa a sua concepção de resultados desastrosos, desses queremos nós muitos. Resultados desastrosos como em 7 de Dezembro teve a «AD», desses é que evidentemente não queremos.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Quanto à questão da posição do presidente da Câmara Municipal de Grândola, é evidente que o Sr. Deputado tenta, mais uma vez, como fez há pouco o seu colega de bancada, iludir a Assembleia. O presidente da Câmara Municipal de Grândola diz que o desenvolvimento turístico da península de Tróia será de todo interesse para o concelho. Nunca o presidente da Câmara Municipal de Grândola lhe poderá ter dito, porque nunca o disse de certeza, que a criação do jogo em Tróia seria de interesse para o desenvolvimento turístico da pení-

sula de Tróia e para o desenvolvimento económico do concelho de Grândola.

Não confunda, não tente iludir, não escamoteie!

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — O Sr. Deputado acabou a sua intervenção dizendo que o PSD irá votar a favor da ratificação. Para nós não é admiração. Pelos motivos que expus na minha intervenção sobre as razões que levam este governo a ressuscitar o projecto Mota Pinto era evidente que a «AD» teria de votar a favor. É evidente que a «AD» tem de pagar as suas facturas, tem de pagar as facturas que assinou durante o ano de 1980.

A argumentação que o senhor produziu, de que vai votar a favor porque a criação da zona de jogo de Tróia é do interesse do desenvolvimento económico do País, não foi demonstrada. E essa demonstração necessita de ser feita nesta sessão ou pelos senhores ou pelo Governo.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Ercília Talhadas.

A Sr.ª Ercília Talhadas (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em primeiro lugar, quero registar que para o Sr. Deputado Cardoso Ferreira a questão da criação da zona de jogo de Tróia tem que ver com o desenvolvimento da agricultura. Não percebo muito de jogo; de qualquer das maneiras, gostaria de saber o que é que tem a ver o jogo de Tróia com a agricultura. Foi o que o Sr. Deputado disse no início da sua intervenção.

Uma voz do CDS: — Joga-se a feijões!

Vozes do PED: — Não foi isso!

A Oradora: — Estou a ver os senhores, futuros frequentadores do jogo de Tróia, a cavar lá terra para batatas ou coisa que se pareça.

Risos.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Só se for para pagar as dívidas! Não saem do distrito sem pagar as dívidas, se não vão trabalhar para as UCP's!

A Oradora: — O Sr. Deputado fez uma afirmação que gostaria que provasse. Afirmou que o presidente da Câmara Municipal de Grândola, meu camarada, era a favor da criação da zona de jogo de Tróia. Peço-lhe que concretize onde o meu camarada fez essa afirmação.

E mais, Sr. Deputado, gostaria que o senhor dissesse qual é a opinião do seu partido sobre o encontro de turismo do distrito de Setúbal — e aqui está a proposta da autarquia para o turismo, não só no concelho de Grândola, mas no distrito de Setúbal. E aí, sim, estão as propostas muito concretas que as autarquias APU maioritárias do distrito, fazem para o turismo. Não é certamente com zonas de jogo que se vai recuperar essa fonte de divisas tão importante que é o turismo. É outra a nossa proposta, certamente estamos em desacordo quanto a ela, porque estamos

em desacordo em muitas outras coisas, Sr. Deputado. Somos a favor de uma sociedade de maior justiça social, enquanto o senhor é a favor de uma sociedade onde a exploração tenha lugar.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Sr. Presidente, peço a palavra para um protesto.

O Sr. Presidente: — Tem V. Ex.^a a palavra.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Sr. Deputado do PSD fez algumas afirmações que merecem um protesto.

Reconheço a cada um dos Sr. Deputados desta Câmara o direito de se pronunciarem a favor ou contra o jogo, seja aonde for. Também reconheço o direito a qualquer um de investigar das intenções com que as palavras são ditas e até de fazer processos de intenção, embora eu os não faça. Mas, Sr. Deputado, essa do abrandamento da nossa posição, quando comparada a deste ano com a do ano anterior, faz-me pensar que o Sr. Deputado é um leitor assíduo do *Expresso* e que lê pela mesma cartilha dos comentadores do *Expresso*.

Enfim, cada um tem os mestres que escolhe, e o Sr. Deputado também tem o direito de escolher os seus. O que me parece que é intolerável para a Câmara é que o senhor faça aqui uma acusação grave a um homem que não se pode defender por uma razão simples — a de não ser deputado. Isso é que me parece intolerável. O Sr. Deputado defenderá o jogo em Tróia, defenderá os interesses dos grupos que entender, defenderá os interesses nacionais ou antinacionais que entender — isso é problema seu e de quem o elegeu —, mas o que não pode ou não deve, pelo menos, é acusar gravemente pessoas que não podem defender-se porque aqui não estão. E é o caso do presidente da Câmara Municipal de Grândola, que o senhor acusa de ter uma cara dupla, de dizer em privado uma coisa e em público outra.

Isso, Sr. Deputado, é intolerável, e é por isso o meu protesto.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Ângelo Correia (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra para um protesto.

O Sr. Ângelo Correia (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Sr. Deputado Octávio Teixeira, do PCP, permitiu-se fazer a insinuação de que a posição política que o PSD hoje tomou nesta Câmara significava o «pagamento de facturas eleitorais» — expressão por ele utilizada.

Gostaríamos de deixar bem claro que, se há partidos em Portugal que admitem que o exercício das suas actividades e das suas responsabilidades é feito em termos de pagamento de facturas, esse conceito, nesta Câmara, foi unicamente invocado pelo PCP. Se é seu hábito, se é seu timbre e se é seu uso pagar facturas de âmbito internacional, a responsabilidade é dos comunistas. Não é hábito dos democratas, em Portugal, actuarem no exercício do seu mandato popular em termos de o fazerem perante qualquer interesse económico.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

A posição que o PSD hoje tomou é rigorosamente igual à que tomámos há dois anos nesta Câmara, quando não éramos Governo, quando éramos oposição, quando nem sequer se falava da dissolução da Assembleia da República, quando não havia ainda perspectivas de eleições intercalares, quando se vivia numa situação em que maioritariamente nesta Câmara o PS e o PCP tinham uma maioria bloqueadora da acção de um governo democrático e patriótico. A nossa posição na altura em que éramos oposição é exactamente igual à posição que hoje, apoiando o Governo, nós tomámos. Não temos duas caras, quando somos governo ou oposição, temos só uma, seja em que circunstância for, e fazemo-lo não no interesse da defesa de grupos em questão.

Seria bom que o PCP se documentasse minimamente sobre o que é a Torralta, seria bom que o PCP pensasse nos vinte e seis pequenos e médios aforradores, e é paradoxal que um partido que diz defender os pequenos e médios empresários venha nesta Câmara, na prática, tornar inviável a remuneração mínima e a decência de vida desses mesmos aforradores, é uma incongruência mais para o PCP, mas essa é da sua responsabilidade, não é da nossa.

Da nossa responsabilidade é dizermos que as referências a facturas são as referências que ficam com quem talvez saiba o significado, a prática e o conteúdo das mesmas. Não é, não foi, nem será connosco. As palavras ficam com quem as profere. Ficam com o PCP e com a sua própria noção de pagamento de facturas.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Sr. Presidente, peço a palavra para um breve contraprotesto.

O Sr. Presidente: — Tem V. Ex.^a a palavra.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Digo ao Sr. Deputado Ângelo Correia que, de facto, as insinuações — na sua interpretação — que aqui fiz resultam tão-só da constatação de vários factores que se passam neste país, aqui e agora, e por isso é escusado estar a tentar desviar a conversa para outros temas que nada têm a ver com aquilo que se está a discutir na Assembleia da República neste momento.

As suas insinuações sobre o pagamento de facturas internacionais talvez existam, de facto, na mente do Sr. Deputado, talvez o Sr. Deputado as conheça, talvez o Sr. Deputado tenha conhecimento prático de como elas se processam, de como elas se fazem, de como elas se pagam.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Com o POP isso não se verifica. Pode estar descansado, Sr. Deputado, que da nossa parte isso não existe. Estivéssemos nós descansados de que seria assim da parte dos senhores.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Gostaria ainda de lhe dizer que em relação às questões concretas que aqui estão a ser discutidas, nomeadamente as razões que levam à cria-

ção da zona de jogo de Tróia — e que nós afirmámos para a Torralta, deliberadamente —, mereceram na minha intervenção algumas referências a uma tentativa de escamoteamento que o Sr. Deputado fez na última sessão.

A essas o Sr. Deputado manteve-se mudo e quedo, porquê?

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Cardoso Ferreira.

O Sr. Cardoso Ferreira (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Relativamente às questões colocadas pelo Sr. Deputado Octávio Teixeira, queria dizer que o facto de actualmente o Partido Comunista ter maiorias absolutas em onze Câmaras e maiorias relativas em duas Câmaras, não significa e não pode esconder, de maneira nenhuma, as perdas eleitorais sensíveis que nas últimas eleições para as autarquias locais teve e que vieram a ser mantidas nas eleições legislativas.

Protestos do PCP.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Não leu os resultados eleitorais!

O Orador: — Isso é patente. Tanto o Partido Social-Democrata como outros partidos democráticos aumentaram significativamente a sua participação nas autarquias locais em termos de mandatos ganhos. O Sr. Deputado não pode esconder essa realidade.

Quanto ao que a Sr.^a Deputada Ercília Talhadas disse, acredito perfeitamente que o seu conhecimento sobre o jogo seja limitado. Penso até que deve ser extraordinariamente limitado, nomeadamente quanto à roleta russa. Mas, Sr.^a Deputada, quando me referi ao jogo o que eu queria dizer é que a criação da zona de jogo de Tróia tem e traz associado um complexo turístico com a necessidade de uma infra-estrutura humana que naturalmente será recrutada na zona. Além disso tudo vai funcionar e toda aquela gente será alimentada com produtos ligados à agricultura local, à horticultura, e não acredito que esses produtos venham de outros pontos do País. A Sr.^a Deputada com certeza que percebeu muito bem o que eu disse mas tentou fugir à questão!

Em relação àquilo que o Sr. Deputado Veiga de Oliveira disse, ainda que sob a forma de protesto, penso que não merece a pena vir trazer para aqui aquilo que eu não disse. Eu não disse que o Sr. Presidente da Câmara tinha duas faces e que dizia uma coisa em público e outra em privado. O que eu disse foi que ele só podia falar em privado porque em público a disciplina do Partido Comunista não o autorizava a proclamar as vantagens para as populações locais, nomeadamente de Grândola, daquilo que será todo o complexo de Tróia.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Dá-me licença que o interrompa, Sr. Deputado?

O Orador: — Desculpe, Sr. Deputado Veiga de Oliveira, mas não o autorizo.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Ah!

O Orador: — Portanto, Sr. Deputado Veiga de Oliveira, não merece a pena vir para aqui confundir as coisas, tanto mais que tenho todo o direito de citar opiniões de membros deste ou daquele partido ou de qualquer cidadão deste país, porque não estou a acusar ninguém, a menos que os senhores o entendam como tal.

A Sr.^a Ercília Talhadas (PCP): — Sr. Presidente, peço a palavra para fazer um protesto

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a Ercília Talhadas (PCP): — Sr. Deputado Cardoso Ferreira, desejo protestar não propriamente sobre os problemas da agricultura sobre os quais o Sr. Deputado demonstrou ter tão grandes conhecimentos, mas sobre uma pergunta que há pouco lhe fiz e à qual não respondeu. Desafiei há pouco o Sr. Deputado a provar e a demonstrar aqui, porque fez uma acusação, quando é que o meu camarada — presidente da Câmara de Grândola — disse que estava a favor da criação da zona de jogo de Tróia. O Sr. Deputado, sobre essa questão, passou como «gato por lebre» e não disse nada. Desafio-o, Sr. Deputado, mais uma vez, a provar aqui onde é que o meu camarada fez esta afirmação.

E já agora, Sr. Deputado, já que demonstra ter tantos conhecimentos sobre os problemas do distrito de Setúbal, nomeadamente sobre os da Torralta — e aí acredito que os conheça muito bem porque são os problemas dos grandes patrões da Torralta que o senhor defende — fazia-lhe a seguinte proposta: por que não um debate público para que possa manifestar os seus pontos de vista sobre o benefício que irá trazer para as populações, nomeadamente para a população do concelho de Grândola, a zona de jogo de Tróia, para que o povo português possa saber, então, quais são esses benefícios nomeadamente para a população rural da zona de Grândola?

O Sr. Presidente: — Para contraprotestar, tem a palavra o Sr. Deputado Cardoso Ferreira, se assim o desejar.

O Sr. Cardoso Ferreira (PSD): — Sr. Presidente, é só para dizer que, independentemente de os debates terem aqui, como é sabido, toda a publicidade, eu, em nome do meu partido, nunca me poderei opor a que alguma vez se possa fazer um debate sobre esta matéria. Os processos do Governo e dos partidos que o apoiam são de transparência e de clareza no perfeito interesse do povo português.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Não se nota!

O Orador: — Não há nada a esconder, Sr.^a Deputada. A senhora pode propor os debates que quiser.

Quanto ao desafio que fez, é evidente que eu não posso trazer para aqui provas.

A Sr.^a Ercília Talhadas (PCP): — Mas prove, prove!

O Orador: — Nesse aspecto os senhores estão muito mais à vontade, pois têm meios para saberem os discursos de cada um e os sítios em que são feitos.

No entanto, posso-lhe garantir que a afirmação que fiz não foi gratuita e que foi feita em Grândola.

A Sr.^a Ercília Talhadas (PCP): — Isso não chega!

O Orador: — Houve até pessoas do âmbito autárquico que me confirmaram que isso é verdade.

Protestos do PCP.

O Sr. Silva Graça (POP): — Sr. Presidente, peço a palavra para fazer um pequeníssimo protesto.

Vozes do PSD: — Isto não pode ser, Sr. Presidente!

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Silva Graça, pode dizer-me contra quem é feito o protesto?

O Sr. Silva Graça (POP): — Contra uma intervenção que o Sr. Deputado da bancada do PSD fez.

Protestos do PSD.

O Sr. Presidente: — Mas o Sr. Deputado não pode fazer agora um protesto.

O Sr. Silva Graça (PCP): — Sr. Presidente, é que foram feitas afirmações ...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, regimentalmente não o pode fazer.

O Sr. Silva Graça (PCP): — Com certeza, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, foi apresentada ao Sr. Presidente da Assembleia, pelo CDS, a candidatura do Sr. Dr. José Manuel Moreira Cardoso da Costa para a Comissão Constitucional. Creio, portanto, que a votação se deve realizar na próxima terça-feira.

Srs. Deputados, interrompemos agora os nossos trabalhos para os recomeçarmos às 18 horas.

Eram 17 horas e 30 minutos.

No recomeço da sessão, reassumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente Martins Canaverde.

O Sr. Presidente: — Está reaberta a sessão.

Eram 18 horas e 30 minutos.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado do Turismo.

O Sr. Secretário de Estado do Turismo (Alcino Cardoso): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Antes de procurar responder o melhor possível às perguntas que foram colocadas, permito-me endereçar uma palavra de especial apreço ao Sr. Deputado Luís Filipe Madeira, meu antecessor na Pasta do Turismo, cujo trabalho, positivo em muitos aspectos, tem sido considerado.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Compreendo, Sr. Deputado, as suas cobiças no lugar que actualmente ocupa; porém, não deixo de sentir que a maior parte das minhas respostas já as conhece.

As suas preocupações no campo social são igualmente sentidas, e bastante, pelo actual Governo. É evidente que suponho que será mais no âmbito da lei do jogo que tudo isso se deverá discutir e não no âmbito do actual decreto-lei que está sujeito a ratificação por esta Assembleia. Daí que me vá deter exclusivamente sobre tudo aquilo que respeita ao resultado da aplicação do decreto-lei em causa e não aos restantes aspectos que, a meu ver, virão a ser oportunamente discutidos. Desde já me permito dizer que estou profundamente empenhado em convidar a Comissão Parlamentar do Comércio e Turismo para participar nos trabalhos em curso que já existem sobre a lei do jogo e que nos preocupam de uma maneira muito especial.

Sabemos que o jogo não pode ser encarado exclusivamente como um divertimento — era essa a visão que queríamos que ele pudesse ter —, mas deve ser olhado com as consequências que o levam a tornar-se num vício. Nesse sentido estamos muito preocupados e, através da lei do jogo, iremos procurar que tudo isso seja o melhor acautelado possível.

Entrando nas perguntas que foram colocadas ao Governo — e agora o Sr. Deputado Luís Filipe Madeira deve compreender que nesta altura não o vou poupar —, devo começar por dizer que, quanto à pergunta se tínhamos ou não ouvido o Banco de Portugal, é evidente que o Banco de Portugal não tinha que se expressar sobre o assunto. Tão-pouco está sujeito a qualquer autorização do mesmo a aquisição das divisas que se opera tanto nos hotéis como nos casinos. É evidente que a quantidade de divisas que entraram nos casinos não corresponde à totalidade das divisas entradas no País — como sabe, para o ano de 1980, fala-se em cerca de 60 milhões de contos — mas, como é lógico, tiveram de ser inferiores.

Perguntou o Sr. Deputado se o Conselho de Inspecção de Jogos foi ouvido. O Sr. Deputado sabe perfeitamente que o Conselho de Inspecção de Jogos é um órgão do serviço da Secretaria de Estado do Turismo e é impensável que se porventura o Secretário de Estado do Turismo quiser mudar de automóvel tenha de ir perguntar ao motorista se está ou não de acordo. O Concelho de Inspecção de Jogos é um órgão fiscalizador, de maneira nenhuma é um órgão implementador de acções turísticas. Logo, executará as instruções que lhe forem dadas. Aproveito para prestar a minha homenagem a todos os inspectores, que, creio, nunca lhes passou pela cabeça terem tamanha competência ao serem chamados a darem uma opinião numa área que não lhes respeita. Eles executam o seu trabalho dentro da maior eficiência, mas apenas naquilo que lhes está consignado.

«Se o contrato de viabilização da Torralta continha algo relativamente ao jogo» foi outra pergunta colocada pelo Sr. Deputado Luís Filipe Madeira. O contrato é acessível a quem o quiser ler — tenho-o comigo; por isso posso assegurar que o contrato de viabilização da Torralta não tem nenhuma cláusula relativa ao jogo. O contrato de viabilização é, numa grande parte, a consolidação dos passivos, desenvolvendo depois toda uma área que descreve as acções que a Torralta se propõe realizar.

Pergunta ainda o Sr. Deputado se o jogo poderá ser ou não amanhã explorado pela Torralta ou por

qualquer outra empresa. Sabe-se que, quem estiver de boa fé a interpretar a letra do contrato, isso é absolutamente impossível. E tanto assim é que a Torralta procurou desenvolver outras actividades para além da parte imobiliária, procurou rodear toda a si a actividade de outras fontes de rendimento, como, por exemplo, a marina, campos de golfe, etc., porque imaginava-se que não fosse apenas na parte hotleira que iriam resultar todos os rendimentos que deverão permitir fazer face à cobertura de enormes passivos que foram consolidados e dos demais que irão contrair para continuar o seu plano de trabalho.

É evidente que quando se coloca a pergunta se o Governo pensou na hipótese de solicitações de indemnizações pelo facto de ir consentir uma nova frente de jogo, e portanto permitir a outras concessionários actuais que se sintam com a sua área de influência reduzida, também é um falso problema. Os actuais contratos de concessão de jogo estão bastante bem definidos, permitem inclusivamente que na sua vigência determinadas condicionantes, como, por exemplo, um aumento da actividade de jogo de casino seja previsto e nada impede que a actual frente de jogo seja alterada. O contrato de concessão não permite, de forma nenhuma, que qualquer empresa se sinta lesada e venha com base, quer na letra, quer no espírito dos contratos actuais, solicitar qualquer pedido de indemnização. Bem pelo contrário, não concorreram à actual zona de jogo — que foiposta em concurso de uma maneira totalmente transparente, temos de o aceitar — mais ninguém a não ser a Torralta juntamente com a Soberana. Simplesmente poderia ter mais vantagem quem porventura já explorasse restantes casinos, mas essa não era uma condição *sine qua non*.

Aproveito a ocasião para responder à pergunta que visava saber se foi apenas uma empresa que concorreu ao concurso. Sabe-se que a proposta que foi apresentada foi assinada pela Torralta juntamente com a Soberana, não aparecendo realmente mais ninguém. Temos ainda de referir que, para lá das condições fixadas, a empresa, talvez no receio de que outros contratos aparecessem, foi muito mais longe do que se exigia, oferecendo condições mais vantajosas.

É evidente que a questão da tavolagem não se pode colocar aqui. Sabemos que não é por haver mais piscinas que as pessoas não deixarão de ir nadar em zonas que não são vigiadas e sabemos, também, que por muitos estádios que haja, haverá sempre quem joga a bola na rua. Logo, também não se pode especular que quantos mais casinos houver menos hipóteses há de se desenvolver a tavolagem. Parece-me, portanto que este é um falso problema no qual, francamente, não me posso envolver pelo carácter subjetivo de que se rodeia. Pelo contrário, apetece-me até referir que o caso do casino de Tróia, pela dificuldade que impõe de acesso — como de resto o Sr. Deputado Luís Filipe Madeira referiu que chegou a tomar alguns cafés à espera que o barco viesse —, ajudará até os mais viciados a reflectirem sobre a conveniência de lá chegarem ou não. Contrariamente ao que acontece com os demais casinos perfeitamente à mão de semear, integrados nos núcleos populacionais, que, por isso mesmo, permitirão outro tipo de críticas.

De maneira nenhuma está em discussão, subjacentemente a este aspecto, o criar ou não uma zona de jogo. Como se sabe, por exemplo, no Algarve apresenta-se nesta fase bastante saturado, com dificuldades de várias ordens nas suas infra-estruturas e nós temos, para quem conhece a península de Tróia, toda uma estrutura base que começou a ser construída como deve ser. Criou-se: o saneamento, as condições de abastecimento de água, etc., e, inclusivamente, foi submetido um plano de urbanização que existe e que foi aprovado na devida altura com a participação da Câmara de Grândola, que não o pode negar. Existe, por consequência, urbanização feita não à revelia da participação autárquica mas com a participação dela. Neste momento sei que está em curso um projecto de reformulação dessa urbanização que inclusivamente é mais favorável, que vai melhorar a densidade de construções que apontava para cerca de quarenta e tal mil camas e que agora, na revisão, vai permitir mais espaços verdes e, por consequência uma menor densidade de construção, o que, para quem está habituado a interessar-se pelos problemas do ambiente sabe-o bem, permitirá uma remodelação mais favorável e na qual, como é evidente, a Câmara de Grândola irá participar.

Quanto nos perguntaram se o jogo irá ou não desenvolver o turismo, podemos afirmar que também aqui não nos parece que essa seja uma questão que se possa collocar dessa maneira simplista. O jogo é mais um pormenor dentro dos programas de animação que se criam, tais como piscinas, campos de golfe, etc. Sabemos que há um determinado segmento de clientela que tem um nível de exigências a aparição de um casino poderá proporcionar um outro tipo de clientela, tanto mais que no edifício onde funciona o casino apenas numa pequena sala o jogo tem lugar, o que vai permitir, através do resto da construção, a existência de salões onde terão acesso manifestações culturais de diferente ordem, tal como o folclore. Por consequência o edifício em si não é apenas para a prática de jogo mas será apenas num pequeno local que ele se desenvolverá.

Tão-pouco é certo dizer-se que a Espanha se desenvolveu sem jogo. Hoje, tanto quanto se sabe, a Espanha não tem acrescentado uma cama aquilo que construiu até há bem poucos anos atrás. Esse crescimento tem-se operado em Portugal não graças exclusivamente ao jogo, é evidente — não vamos agora tentar deitar poeira nos olhos de ninguém —, mas é difícil de se saber até que ponto é que o jogo também não concorreu para isso. Sobretudo no caso de Tróia, onde se verifica uma necessidade extraordinária de aproveitar aquele pequeno paraíso que constitui a península, rodeando-o do que de mais moderno, do que de mais actual existe em matéria de turismo e de animação turística.

Perguntaram os Srs Deputados se o Governo realizou estudos para saber das potencialidades daquela zona. É evidente que sim e que concluiu da conveniência da descentralização, da criação de mais uma nova frente turística que aquela península, pelas razões que apresenta determinava e justificava plenamente.

Quanto a dizer-se que os 3 mil contos anuais que representa actualmente a contribuição de concessão de jogo para a Câmara de Grândola, quando com-

parados com o seu orçamento, são como uma gota de água, uma quantia pouco relevante, devo chamar a atenção para um pormenor que certamente não passou despercebido, mas que por qualquer razão não foi aqui invocado: amanhã, por força da aplicação do imposto de turismo de 3 %, quando toda a estrutura estiver em franca evolução, poderá perfeitamente atingir-se um nível de facturação superior, por exemplo, a 2 milhões de contos... se isso acontecer, 3 % já serão 60 mil contos, além da contribuição dos tais parcos 3 mil. Por consequência, não foi a pensar nos 3 mil contos que a Câmara de Grândola irá, no futuro, poder projectar certos aspectos do seu desenvolvimento, mas, sobretudo, na verba enorme que vai resultar da aplicação do imposto a favor dos futuros orçamentos daquela Câmara.

Creio que, de uma maneira geral, a maior parte dos problemas que me foram postos estarão, desta maneira, respondidos. E mais uma vez insisto em dizer que muitos dos aspectos aqui referidos deverão ser, a meu ver, transferidos para aquando da discussão da lei de jogo, pois não têm muito cabimento na discussão do decreto em causa, cuja ratificação foi solicitada pelos Srs. Deputados do Partido Socialista.

Vozes do PCP: — Não disse nada!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Teixeira.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Sr. Secretário de Estado, gostaria de lhe pedir alguns esclarecimentos, pelo que começaria pelo seguinte: em relação às questões concretas que há pouco coloquei ao Sr. Secretário de Estado — inclusivamente solicitei ao Sr. Presidente o favor de aguardar a sua chegada para que as pudesse ouvir — não me sinto esclarecido, na medida em que o Sr. Secretário de Estado apenas respondeu a uma dessas questões. Deu, digamos uma resposta quando disse que só tinha aparecido a concurso a Torralta aliada à Soberana.

Esta questão estava ligada a uma outra, que é a questão de fundo que eu coloquei, e que não foi respondida. Porquê? Será porque no decreto regulamentar as exigências que são feitas à potencial concessária são, exactamente, ou pelo menos em grande parte, os projectos de desenvolvimento da Torralta? A esta questão o Sr. Secretário de Estado não respondeu, talvez por lhe ter passado despercebida, pelo que gostaria que o fizesse.

A outra questão relaciona-se também com o problema da diferença de incidência fiscal sobre a casa de jogo que se venha, eventualmente, a abrir em Tróia e as que existem no resto do País. Porquê essa diferenciação? Julgo que isto, embora esteja ligado a problemas de jogo, não é um problema de regulamentação do jogo, é um problema de incidência fiscal.

Gostaria ainda de lhe fazer um pedido, na medida em que coloquei à disposição da Câmara o contrato de viabilização da Torralta: é o de, se for possível, os serviços da Assembleia, enquanto decorre este debate, fotocopiar esse contrato para que me seja fornecida uma cópia. Agradecia, pois, que o Sr. Secretário de Estado me respondesse se continua a colocar à noiva disposição esse contrato.

Sobre as questões de fundo, gostaria de lhe dizer, mais uma vez, como já disse aos Srs. Deputados da AD, que o problema que aqui se está a debater não é o problema do desenvolvimento turístico da península de Tróia. Quanto a isso não temos quaisquer problemas a pôr. A península de Tróia deve ser desenvolvida do ponto de vista turístico. O problema que aqui está a ser debatido é o da criação da zona de jogo de Tróia, da forma como ela está a ser criada e para quem é criada.

Para nós, o problema do desenvolvimento turístico tem de ser encarado seriamente por qualquer executivo — não o tem sido até agora — e, nomeadamente, tem de ser encarado de acordo com as necessidades e as exigências nacionais sob vários pontos de vista e com a participação activa nomeadamente do concelho de Grândola.

Ainda sobre este tema de fundo gostaria também de perguntar ao Sr. Secretário de Estado se o problema de o Algarve se encontrar saturado decorre do desenvolvimento do turismo ou decorre do problema das salas de jogo. É esse o problema que aqui está em causa. O Algarve, se está saturado não é pelo facto de lá existirem casinos; se está saturado é porque não tem tido desenvolvimento de infra-estruturas, de hotéis e de muitas outras infra-estruturas, para poder dar vazio a uma procura crescente de turismo.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Heriberto Goulart.

O Sr. Heriberto Goulart (MDP/CDE): — Estava a ouvir o Sr. Secretário de Estado do Turismo com muito interesse, a pensar que estava a fazer várias considerações interessantes e úteis sobre a criação da zona de jogo de Tróia e que algumas das questões que eu havia levantado iriam ser respondidas por outros membros do Governo presentes. Afinal, assim não aconteceu e parece que o Sr. Secretário de Estado considera que as questões aqui postas se encontrariam respondidas com a sua intervenção.

Das seis questões que coloquei penso que o Sr. Secretário de Estado apenas respondeu a uma, ao dar a indicação de quem é que tinha concorrido à concessão dessa zona de jogo. Ficámos, pois, a saber que apenas concorreu a Torralta associada com uma sua associada. Penso ser uma informação importante, visto que ainda não era do domínio público.

Entretanto, há aqui algo que não consigo entender e que gostaria que o Sr. Secretário de Estado me explicasse, se assim o entender. É que quando se colocam condições que se entende que valorizam a concessão da zona de jogo pelas exigências que são colocadas — e naturalmente que se entenderia que fossem colocadas exigências que tivessem a ver com a própria península de Tróia, com o fomento turístico de Tróia, o que creio criaria, à partida, condições iguais para todos os eventuais concorrentes que se quisessem instalar em Tróia — aqui, quanto a mim paradoxalmente, colocam-se exigências que nada justificam, em termos de um projecto global, em relação a outros pontos do País. Concretamente, coloca-se a exigência de que quem beneficiar da concessão da zona de jogo de Tróia terá que instalar um hotel, pelo menos de quatro estrelas, em Coimbra e instalar pelo menos seis hotéis de capacidade média noutras pontos do País.

Naturalmente que isto, à primeira vista, parece algo de estranho. Quando se deveria exigir de uma entidade operante, capaz — e dando agora de barato que é positiva a realização da zona de jogo de Tróia —, aquilo que pareceria pertinente, que seria criar condições para a valorização do próprio empreendimento de Tróia, é estranhamente disperso por situações em relação ao resto do País, como se não fosse muito mais válido em relação a estes empreendimentos novos pô-lo oportunamente a concurso e adjudicá-los a quem oferecesse melhores condições e não a quem, neste momento, assume esse compromisso sem concorrência, sem comparação com outros eventuais interessados nas seis citadas zonas do País.

Agora, em concreto, para além desta questão muito pormenorizada, haveria algumas questões que retomaria, às quais pedia ao Sr. Secretário de Estado o favor de me responder, que são as que, de facto, penso serem significativas. Nomeadamente, recordo-me que no debate anterior relativo a este assunto, no final da passada sessão legislativa, o Sr. Secretário de Estado do Turismo, então o Dr. Alberto Regueira, considerou que seria indispensável o Governo realizar estudos promenorizados e cuidados para determinar de um eventual interesse da criação da zona de jogo de Tróia. Pergunto, pois, ao Governo se esses estudos foram realizados e se está disposto a facultá-los a esta Câmara ou se teremos de, para isso, utilizar o mecanismo do requerimento ao Governo para os obtermos.

Como segunda questão, pergunto se o Governo aqui pode citar quais serão os resultados económicos que atribui para o empreendimento de Tróia devido à instalação de uma zona de jogo, em alternativa com uma situação de desenvolvimento turístico em Tróia sem passar pela exigência de existência de uma zona de jogo.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Filipe Madeira.

O Sr. Luís Filipe Madeira (PS): — Sr. Secretário de Estado do Turismo, começo por lhe agradecer as palavras que me dirigiu e que recebo com a convicção de que, de facto, quando estive na Secretaria de Estado do Turismo fiz aquilo que pude com honestidade e com empenho. Espero que, de algum modo, tenha contribuído para facilitar a sua actual tarefa e, sinceramente, desejo-lhe felicidades no exercício do seu cargo, que não é tão fácil como poderá parecer à primeira vista, mas que V. Ex.^a, certamente, saberá tornar mais fácil.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Depois deste pequeno intróito, meramente protocolar mas sincero, analisaria então, já sem nenhum cunho pessoal e apenas num relacionamento bancadas parlamentares/Governo — despersonalizando o Sr. Secretário de Estado, vendo apenas a instituição e não a pessoa em si —, a intervenção do Sr. Secretário de Estado.

Em primeiro lugar, pareceu-me que V. Ex.^a estava cheio de dúvidas quanto às vantagens e quanto ao interesse desta zona de jogo de Tróia. Isso pode dizer-se a várias coisas. Não quero ser demasiado in-

justo, mas pode até, e comprehensivelmente, dever-se à novidade que são para si estas questões e, portanto, a um certo receio de entrar em áreas em relação às quais, naturalmente, ainda não se sentirá como «peixe na água».

Na verdade, V. Ex.^a, ao falar em nome do Governo, deu mais a ideia de um réu que se defende de acusações que lhe são atribuídas do que alguém que aqui vem defender algo empenhadamente e desenvolver toda a filosofia que está subjacente a este projecto como coisa que comprehende, que aceita e que defende. Limitou-se a dar dados, incompletos em meu entender, sobre questões que ontem aqui foram trazidas à colação. E isso leva-me, antes de fazer uma nova intervenção, a pedir-lhe alguns esclarecimentos.

Diz V. Ex.^a que aceita e comprehende que a questão do jogo devia ser envolvida — não foi isto que disse exactamente, mas suponho que foi isto o que quis dizer — numa lei-quadro sobre jogo numa lei-quadro onde se definissem as barreiras, os filtros, as peneiras por onde passariam todas as zonas de jogo, esta e quaisquer outras que existam ou que venham a existir. Isto até nem se comprehende porque suponho saber — não é segredo de Estado — que há um projecto ou anteprojecto de lei de jogo completo no seu gabinete e que não deverá demorar muito mais tempo a tê-lo aprovado. E nada impedia, pois, que esta questão da criação da zona de jogo de Tróia — que não é tão urgente como à primeira vista parecia — aguardasse mais seis meses ou mais um ano para então ser devidamente enquadrada nessa lei de jogo.

Quanto ao Banco de Portugal, eu não disse que tinha de ser ouvido, o que eu disse é que devia ser ouvido na medida em que um dos fundamentos, talvez o pilar mais arrepiante desta fundamentação, é que o jogo vai ser uma grande fonte de divisas para o nosso país. Eu também disse — e repito-o agora — que o jogo pode não ser uma fonte de divisas. E não é, pode ser uma fonte de saída de divisas. Penso que, em matéria de controle do tráfico de divisas — e esta matéria é matéria de invisíveis, o que é muito diferente, como melhor do que eu sabe o Sr. Secretário de Estado, do tráfico de mercadorias —, o Banco de Portugal teria uma palavra a dizer, em matéria de controles, pois é ele que «decreta», que regulamenta, que aconselha os meios técnicos de controlar esse tráfico de divisas.

Relativamente ao Conselho de Inspecção de Jogos fiquei sem saber se foi ouvido. Ontem, um deputado da maioria disse que sim! O Sr. Secretário de Estado diz que não, e que nem tinha de ser! Permita-me que duvide que não tivesse de ser. Nestas questões é sempre bom ouvir os especialistas pois é para isso que eles lá estão, mesmo que não sejam acatados os seus pareceres.

Congratulo-me pelo facto de o Sr. Secretário de Estado ter dito que o contrato de viabilização da empresa Torralta não fala no jogo. Isto faz com que, portanto, um argumento que foi trazido à colação no ano passado caia pela base, o de que o jogo viabilizaria uma grande empresa. Ficamos, pois, a saber que a empresa tem condições, é viável, tem um contrato de financiamento que lhe assegura a viabilização sem necessidade do jogo.

Finalmente, perguntava ao Sr. Secretário de Estado, na esteira dos argumentos que expendeu quanto à

tavolagem, o seguinte: será que um governo quando quer desenvolver a natação, fecha piscinas ou faz piscinas? Será que um governo quando quer desenvolver os desportos fecha estádios ou constrói estádios? Será que um governo quando quer fomentar um culto religioso fecha templos ou constrói templos? Será que um governo quando quer fomentar o jogo fecha casinos ou abre casinos?

Aplausos do PS.

Vozes do PCP: — Boa!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Secretário de Estado.

O Sr. Secretário de Estado do Turismo: — Sr. Deputado Octávio Teixeira, uma pergunta que me fez dizia respeito à carga fiscal. Deva dizer-lhe que a leitura do contrato demonstra que a carga fiscal é exactamente igual à que existe nas actuais concessões do Algarve e do Funchal. Por consequência, não há subjacente qualquer intenção de aliviar nesse aspecto e, bem pelo contrário, foram-lhe ainda criadas penalizações com um programa de construções que podemos quase classificar de leonino em que, inclusivamente, se levou a que muitas das construções na parte de hotéis fossem levadas a cabo fora da zona de Tróia, o que sucede pela primeira vez e que só por isso já constitui também uma penalização para a empresa visto que, na área de Tróia, ela seria a proprietária de terrenos e assim terá de ir pelo País fora promover a criação de hotéis em zonas que até agora não os têm e que sentimos ser absolutamente indispensável fazê-lo. Trata-se, pois, de operar um desenvolvimento por força do jogo que a nosso ver é positivo e que constitui, ainda por cima, uma penalização para a empresa.

Perguntou-me também se existe um plano urbanístico para a península de Tróia e sé esse plano coincide com o da Torralta ou não. Deva dizer-lhe que, efectivamente, existe um plano urbanístico. Não me compete entrar em aspectos subjectivos...

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Dá-me licença que o interrompa?

O Orador: — Faça favor.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — A questão que coloquei é se existe um plano urbanístico para toda a península de Tróia e não apenas para a zona onde está a Torralta. Esse plano urbanístico a que se referiu é só para a Torralta.

O Orador: — Deva dizer que, realmente, não entendi bem a pergunta, pelo que peço desculpa. Mas, tanto quanto sei, para o País não existem planos urbanísticos em nenhum concelhos que abarquem a totalidade de áreas definidas. É evidente que isto significa que não é uma excepção, nem sequer um propósito, o facto de não existir um plano para a totalidade da península de Tróia. Por consequência, é um facto que acontece por todo o País e não uma excepção. Logo, isso não se poderá ligar com a parte que existe e que foi aprovada pela Câmara de Grândola.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.ª Ercília Talhadas (PCP): — O de Melides?

O Orador: — Suponho que em relação às perguntas que me fez as respostas estão dadas.

Em relação às questões levantadas pelo Sr. Deputado Octávio Teixeira, que disse que apenas respondi a uma das perguntas que fez, supunha que no resto da minha exposição teriam ficado abarcadas as restantes preocupações de que, na altura, até tomei nota. Por exemplo, o Sr. Deputado perguntou se o decreto-lei tinha sido publicado com a audição do Município de Grândola. Pois é evidente que essa audição não tinha de ser autorizadas a que eu já respondi que sim, pois existe um plano urbanístico; perguntou, ainda, se o Governo tencionava ouvir a autarquia sobre este assuntos a que também já respondi que o Governo consulta dentro daquilo que se encontra definido como uma sua obrigação.

Perguntou também o Sr. Deputado porque não foi tida em conta a posição pública do Município e de estruturas autárquicas. Esta parece-me também uma falsa questão, na medida em que acabo de referir que o plano urbanístico existe com a autorização da Câmara e quanto ao jogo — pois isto é uma definição geral, a de que o Governo decide dentro de consultações e de critérios — também está autorizado a actuar como tal.

Finalmente, perguntou se não tinha sido tida em consideração a posição já tomada anteriormente por esta Assembleia em relação ao jogo. Ora, esta Assembleia mudou consoante as eleições que tiveram lugar, pelo que era lógico que o problema fosse novamente colocado e que a maioria eleita pelo povo e que tem a sua confiança se pronunciasse, o que qualquer agrupamento político aqui presente faria nas mesmas condições.

A propósito da fotocópia do contrato de viabilização que me solicita, pedia-lhe desculpa de não lhe poder responder neste momento apenas pelo facto de não ter a certeza de que, porventura, poderá ser feita a divulgação do referido documento tal como o Sr. Deputado pediu. Mas entretanto posso desde já informar que no Gabinete desta Secretaria de Estado poderá ser consultada toda a documentação sobre esta matéria.

Quanto à pergunta que fez de se o Algarve está saturado por haver jogo ou não, tenho a dizer-lhe que é uma questão bastante subjectiva, porque o que se põe em questão não é exactamente a saturação turística motivada pela presença de jogo. No fundo, o que se põe em questão é o facto de se entender, como conveniente para o modo como se joga que aquela nova frente turística deverá ser completada, que o jogo também deveria constituir uma parcela do conjunto de animações que ali se pretende instalar.

Quanto à questão da concessão conter hotéis fora da zona de jogo creio que já respondi. Quanto a se há estudos económicos sobre as vantagens que o jogo em Tróia proporciona vou responder agora. Ora, como já foi aqui referido, a concessão de jogo, para além de, numa parte, aplicar as mesmas taxas que têm sido usuais na abertura de novas frentes de jogo — caso portanto do Algarve e do Funchal —, tem cláusulas bastante punitivas e exigentes como nunca até agora foram feitas, quer ao nível de capital, quer

ao nível de hotéis a construir dentro e fora da zona de jogo. Parece-me que, por si só, isto já dá uma ideia da rentabilidade, em termos económicos, e do benefício que um empreendimento deste tipo permite. E à volta disto penso ser suficientemente claro discernir qu, por consequência, isto era possível.

Quanto à tabulagem e ao comentário do Sr. Deputado Luís Filipe Madeira permitir-me-á dispensar qualquer comentário, porque comprehendo que também não era para eu comentar.

O Sr. Presidente: — Pediram a palavra os Srs. Deputados Luís Filipe Madeira e Octávio Teixeira. Pedi-lhes o favor de esclarecerem a Mesa para que efecto é.

O Sr. Luís Filipe Madeira (PS): — Pedi a palavra para uma intervenção, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — E o Sr. Deputado Octávio Teixeira?

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Era também para uma curta intervenção, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Então, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Filipe Madeira.

O Sr. Luís Filipe Madeira (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Na última sessão fiz, em nome do meu partido, a apresentação da justificação do pedido de ratificação deste decreto-lei, Decreto-Lei n.º 340/80, relativo à zona de jogo de Tróia.

Esperava e tenho esperado serenamente as explicações e os fundamentos que levaram o Governo a legislar neste sentido. Na verdade essas explicações não apareceram. Da bancada da maioria apenas os neo-reformistas arriscaram algumas considerações imprecisas e sem dados. O CDS, partido democrata-cristão, talvez entalado por esta razão confessional, ainda não defendeu o presente decreto. O PPM também até agora ainda não se pronunciou, embora talvez tivesse uma palavra a dizer, porque era justo, face ao que foi ontem aqui dito pelo Sr. Deputado Ângelo Correia, que o PPM reivindicasse para o seu Ministro da Qualidade de Vida o pelouro do jogo em Portugal.

Finalmente, o Governo defendeu-se pontualmente de questões parcelares e puramente pontuais. Não apresentou uma justificação global nem uma estratégia de conjunto e não desenvolveu aqui uma filosofia sobre o jogo em Portugal e particularmente uma filosofia «troiana» do jogo.

Temos que nos refugiar nos papéis e estes são também extremamente avaros de justificações e de palavras. Este jogo, além das palavras que aqui são ditas, aparece ligado a uma empresa que nem precisa dele e com os seguintes fundamentos: primeiro, será um motor de atracção de divisas para Portugal. Ninguém demonstrou esta afirmação e, pelo contrário, é possível demonstrar que isto não é verdade. E o Sr. Secretário de Estado do Turismo tem ao seu alcance os meios suficientes para dizer aqui, com a honestidade com que há pouco falou, que de facto eu também tenho razão quando digo que o jogo, em

matéria de divisas, é uma fraude, pois não traz mais divisas.

Aliás, o Sr. Secretário de Estado do Turismo teria, com certeza com muito gosto, explicado à Câmara e ao País qual foi o aumento de divisas que o jogo acarretou no Funchal, qual foi o aumento de divisas que o jogo acarretou, por exemplo, em Espanha desde que há dois anos lá foi criado.

Segundo, em relação ao fomento do turismo, Srs. Presidente e Srs. Deputados, a resposta é exactamente a mesma. O maior casino, isto é, o único casino com dignidade, digno internacional, que existe em Portugal, pela sua dimensão, pelas suas infra-estruturas, pela sua capacidade de resposta, até pelo seu nível arquitectónico e de serviços, é, como todos sabemos, o Casino Estoril. Depois do Casino Estoril, criaram-se no Algarve três casinos, que, sem otensa para a empresa concessionária, são três baracões. Eu pergunto se, apesar dessa vantagem do Casino Estoril, o Algarve, com a desvantagem daqueles barracões, não cresceu mais em termos proporcionais e em termos absolutos do que a região do Estoril, a, como era conhecida em termos turísticos, a região da Costa do Sol. Pergunto-lhe onde houve boom turístico, se foi no Estoril, onde existe o Casino Peninsular do Estoril, que pode ser considerado um casino internacional de grandes shows, ou se foi no Algarve?

O Sr. José Vitorino (PSD): — Não se pode comparar!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Quanto a viabilizar a empresa, já foi dito que não era necessário. A empresa tem um contrato de viabilização e, a acreditar nos técnicos financeiros que o estudaram, quer da parte da empresa, quer da parte da banca, quer da parte da Secretaria de Estado do Turismo, que, como organismo de tutela do sector, também terá tido uma palavra a dizer, creio que entenderam que com aquele contrato a empresa é plenamente viável. Então, o jogo é uma mais-valia, para quê?

As contrapartidas foram uma das teclas em que por acaso mais se bateu. Disse-se que este contrato traria grandes contrapartidas sociais. Bem, eu não as vou discutir aqui, até porque não é isso que está em causa. Se é uma manobra de diversão, o que está aqui em causa não é o decreto que fixa as condições do concurso, o que está aqui em causa é, sim, o decreto que cria a zona de jogo. Sr. Secretário de Estado do Turismo, peço-lhe o seu testemunho, que não deixará de ser prestado, permitindo-me perguntar-lhe quantas concessionárias do jogo em Portugal têm neste momento os seus compromissos em dia?

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — E quantas têm os seus compromissos com atraso de anos e anos? O Sr. Secretário de Estado do Turismo sabe, eu sei e toda a Câmara fica a saber, que há mil maneiras de violar os compromissos contratuais de um contrato de jogo. Todos sabemos que objectivos se prosseguem e como se consegue atrasar indefinidamente a prestação de compromissos assinados nos concursos.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Bom, estava, de facto, na esperança de intervir já em resposta a outros grupos parlamentares, mas, pelo que vejo, eles não irão dar grandes explicações. Apenas interveio em favor deste decreto-lei o Sr. Deputado Ângelo Correia, que na última sessão aqui se empenhou garbosamente e com aquele gosto modesto que tem de se ouvir ...

Risos do PS.

... mas perdendo o privilégio que nós temos que é o de o ver, porque ele só se ouve, mas nós ouvimo-lo e vemo-lo também, o que é um privilégio acrescido.

Risos.

Em suma, na última sessão apenas o Sr. Deputado Ângelo Correia se empenhou na defesa do presente decreto-lei.

Quanto ao Grupo Parlamentar do CDS, onde pontificam pessoas que merecem o maior respeito, em especial no domínio do turismo, também este tem estado calado. Isso anima-me a pensar que o CDS está hesitante na forma como irá votar e que é capaz de se juntar à «bancada da razão» para fazer prevalecer aqui a moral, a ética e os princípios fundamentais que têm enformado a moral tradicional portuguesa. É que, certamente, ao CDS, por ser um partido que se reclama, com ga'hardia e bons resultados eleitorais, pelo menos desde que passou a fazer parte da Aliança Democrática. ...

Risos do PSD.

Vozes do CDS: — E antes!

O Orador: — ... de ser democrata-cristão, não lhe podem ser alheios os valores cristãos. E eu, que, quanto ao cristianismo, tenho a mesma simpatia que pôr todas as doutrinas humanistas, também sigo com alguma atenção as doutrinas democratas-cristãs, em especial no que elas têm de cristãs, porque de democratas isso já é uma questão um pouco mais complicada.

Risos do PS.

E no outro dia, buscando argumentos que pudessem fundamentar uma posição de um partido democrata-cristão votar a favor de mais uma zona de jogo, encontrei esta peça literária que vou passar a ler. Este texto é da autoria de um teólogo austriaco, um jesuíta de grande prestígio internacional, e faz parte — isto apenas para os que poderão estar interessados em consultas, não para os cristãos, claro, mas para os reformistas — da obra *Summa Theologiae Moralis*. No volume II, página 539, diz Noldin, o tal teólogo jesuíta austriaco:

O jogo é mau, propicia e favorece a ruína das famílias, favorece suicídios e outros crimes. É um grave escândalo cooperar com o jogo ou permiti-lo, ainda que por mera inércia. Nem venham com justificações de ordem temporal, sejam elas caritativas, benemerentes ou sociais.

E, temendo ainda que os seus companheiros de credo só nele não confiassem, Noldin socorre-se de

S. Francisco de Sales, citando-o exactamente na sua obra *Philothaea*.

Risos.

Quanto ao PPM, que também tem direito à sua dose, perguntava-lhe se vai votar favoravelmente a ratificação deste decreto-lei. E, a ser assim, se isto se integra no combate que já lhe granjeou o prestígio merecido no País de serem os campeões da ecologia e do ambiente. Pergunto se esse empreendimento vai de facto melhorar a qualidade de vida em Portugal. Se o facto de as pessoas passarem as noites à volta do pano verde vem fomentar a boa vivência dos portugueses. E se isso está de acordo com a qualidade de vida que os senhores defendem briosamente aqui e lá fora.

Aliás, eu queria aqui convidar a falar, mas não está presente, o Sr. Deputado dirigente do PPM Ribeiro Teles e, evidentemente, outros Srs. Deputados do PPM, que escolheram uma luta moderna e que irá arrastar os homens conscientes do mundo moderno em grande parte para o vosso lado, pelo menos nesse campo, que é a luta pela qualidade de vida, a luta contra a exploração desenfreada e, no fundo, a luta contra o verdadeiro materialismo, que é o bezerro de ouro, ou seja, contra o lema de que os lucros justificam tudo e que ganhar dinheiro é a mola real do mundo. V. Ex.^{as} empelham-se no combate contra as teorias mercantilistas deste tipo.

Risos.

Nesse sentido eu pergunto como vai o PPM votar nesta Assembleia relativamente à presente ratificação e como vai o PPM integrar esta votação e estes princípios na sua teoria geral de defesa do Estado, com base no bom ambiente, nos valores ecológicos e na qualidade de vida. A menos que, e então aí eu teria que rever toda a minha posição sobre este aspecto, me dessem a garantia de que os casinos em Portugal iam ficar sob o controle do Ministério da Qualidade de Vida — aliás bem ligado. Se é uma coisa que, de facto, não tem mal nenhum, é lúdico, até ficava muito bem ligado aos desportos ou à cultura.

Enfim, o que poderia ser era um *bouquet* que apodrecia em pouco tempo porque o jogo é, de facto, um fruto apodrecido, Srs. Deputados do PPM. E peço-lhes a vossa atenção para essa realidade.

Vou terminar, Sr. Presidente e Srs. Deputados, porque me parece já ter dito tudo. Resta-me agora ouvir os comentários dos outros Srs. Deputados. E nem se diga em talho de foice: então mas o senhor é tão entusiasta contra o jogo de Tróia e não teve uma palavra quando foi Secretário de Estado e mesmo até hoje quanto às restantes zonas de jogo?

Uma voz do PSD: — E o de Espinho?

O Orador: — Bem, Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, esse argumento é perfeitamente primitivo e vou dizer porque: é que eu, quer como membro do Governo quer como deputado, sempre fiz questão de respeitar compromissos assumidos. O jogo que neste momento há em Portugal existe em função de compromissos anteriormente mantidos.

O Sr. Nandim de Carvalho (PSD): — Sr. Deputado, dá-me licença que o interrompa?

O Orador: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Nandim de Carvalho (PSD): — Não tencionava intervir neste debate, pois já o fiz há dois anos a propósito deste mesmo assunto. Contudo, aproveitando a amabilidade que o Sr. Deputado teve ao deixar-me interrompê-lo, gostaria só de lhe perguntar se a duplicação dos tempos da concessão de jogo dos casinos de Espinho, da Póvoa de Varzim e da Figueira da Foz, que apenas eram autorizados por seis meses e que depois foram estendidos durante um ano, corresponde e se se enquadra com a intervenção do Sr. Deputado.

O Orador: — O Sr. Deputado Nandim de Carvalho, além das imensas qualidades que tem, tem uma que é a de esquecer as coisas que não lhe convêm. Isso é uma qualidade, pois permite-lhe dormir descansado e ficar muito satisfeito consigo próprio.

Contudo, pessoalmente, gosto de lembrar às pessoas aquilo de que elas se querem esquecer: esse argumento foi trazido pelo Sr. Deputado e referido também em alguns jornais que na altura fizeram a defesa — insuspeita, claro — do jogo em Tróia, e eu respondi-lhes em termos muito claros. Isso foi feito antes de eu entrar para o Governo e, portanto — como o Sr. Deputado sabe muito bem —, não tenho nada a ver com esse assunto, e, se me aponta isso a mim, o Sr. Deputado revela má memória: antes revelou ignorância e agora revela má memória, que são dois defeitos que, juntos, fazem um cozinhado muito mau.

Contudo, talvez houvesse razões de ordem social que recomendavam essas medidas, porque havia duas empresas que estavam a falir, uma das quais se salvou enquanto a outra parece que ainda não o conseguiu.

O Sr. Nandim de Carvalho (PSD): — Dá-me licença que o interrompa, Sr. Deputado?

O Orador: — Não, duas vezes seguidas é de mais, é exagerado. O Sr. Deputado poderá fazer uma intervenção a seguir à minha e, nessa altura, eu terei muito gosto em lhe responder.

O Estado não pode rasgar compromissos que assumiu em concurso público com outras empresas, o que é diferente de o Estado repetir, uma, duas, três vezes, erros cometidos. E temos de admitir que são erros, porque eu sempre disse, e gostaria que isso ficasse muito claro, que o Partido Socialista não é religiosamente contra o jogo, mas, sim, contra a liberalização de jogo em Portugal.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — O que o PS não quer é que este país seja um imenso casino em que todos nós vivemos mais ou menos das fichas que caem das mesas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, peço a esta Câmara, que, ao votar, o faça conscientemente — aliás, como sempre o tem feito. Contudo, esta consciência hoje fica aqui amarrada aos pelourinhos de que ninguém pede dizer que votou numa questão que não tinha contrapartidas sociais: são os suicídios, são as famílias destruídas, são as empresas falidas e são as pes-

soas lançadas na valeta, na sarjeta social. É esta a contrapartida social para o País que vai vir de mais uma zona de jogo em Portugal.

Portanto, Sr. Deputado Nandim de Carvalho, pergunta às pessoas que vivem nas regiões onde há jogo e elas lhe dirão se de facto é tão próspero se as câmaras prosperam, se a economia floresce, se as famílias são felizes, se as pessoas têm o ar risonho das coisas boas ou se as pessoas vivem acabrunhadas num ambiente que estiola e mata a tal qualidade de vida que eu gostaria de ver o PPM também hoje aqui defender coerentemente.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Secretário de Estado do Turismo.

O Sr. Secretário de Estado do Turismo: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Gostaria de responder a duas questões que aqui foram postas.

Antes de mais, queria dizer ao Sr. Deputado Luís Filipe Madeira que estou solidário — tal como não podia deixar de ser — com o decreto-lei que aqui estou a defender, porque sinto que ele se integra numa política que me parece razoável. De resto, será muito fácil — dependendo isso mais ou menos dos dotes oratórios de quem usar da palavra — falar dos malefícios do jogo, como dos malefícios do tabaco, do álcool, ou de muitos outros vícios. Portanto, isto aqui é uma boa oportunidade para essas oratórias e muitas pessoas se notabilizaram por isso nestes hemicyclios. Contudo, temos de ter o bom senso e a frieza necessários para não nos deixarmos impressionar por determinadas peças literárias que aqui se desenvolvem e perante as quais o Governo tem que estar atento para não se deixar influenciar.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

Justamente porque o Sr. Deputado Luís Filipe Madeira teve já ocasião de viver os problemas desta Secretaria de Estado, sabe perfeitamente que as estatísticas que existem das divisas controladas nos casinos não são de tal modo relevantes para impressionar por si. Quando lhe refiro que 200 000 contos — e creio que já o disse aqui hoje — foram as divisas que se verificaram pelas estatísticas nos casinos do País, isso poderá não impressionar. Contudo, o que sabemos é que entraram 200 000 estrangeiros nos casinos portugueses isso leva-nos a acreditar que, se entraram 200 000 estrangeiros nas salas de jogo, necessariamente que deixaram lá muito dinheiro. E, sobretudo, sabemos como é que os nossos vizinhos espanhóis durante muito tempo alimentaram o jogo, principalmente na Figueira da Foz e no Estoril, e ainda hoje têm uma influência muitíssimo grande quer em Espinho quer na Póvoa de Varzim. Aliás isso também se verifica pela quantidade de estrangeiros que as estatísticas de entrada continuam a revelar.

Por outro lado, não é totalmente justo invocar que o Casino Estoril, apesar de ser o casino com mais reputação, representa neste momento o melhor interesse quer económico quer social para o País. As estatísticas que facilmente poderão ser consultadas demonstram que, por exemplo, para o ano de 1980, o imposto de jogo arrecadado foi, no total, de 513 000 contos. Porém, no Estoril foram 241 000 contos con-

tra 238 000 contos nos casinos de Espinho, Póvoa de Varzim e Figueira da Foz, e só não é mais importante o imposto arrecadado no Algarve, não porque ele não revele uma importância muito grande no conjunto dos centros de jogos, mas apenas porque beneficia de taxas muito modestas que, como referi há pouco, justificaram que fossem extensivas também à Tonralta.

Quanto aos compromissos assumidos e àquilo que se poderá dizer em relação às empresas que estão em sérias dificuldades económicas posso referir que nesta altura não é essa a situação e que os atrasos de alguns meses — justamente dentro dos artifícios que o Sr. Deputado conhece — na apresentação das contas não poderão ser considerados como relevantes e não constituem mais do que pequenas dilacões em relação às quais estamos muito atentos. São dilacões que se penalizam e, por consequência, não se deixam passar em branco. No entanto, temos a certeza de que, entretanto, serão cumpridos todos os formalismos legais. Logo, o jogo está sob controle e, tanto quanto possível, ao serviço do País. Sejam câmaras socialistas ou câmaras da AD, todas elas nos vêm pedir os benefícios e os subsídios, que lhes vão permitir levar a cabo imensas obras de interesse social, e nenhuma repudia os interesses económicos que através do jogo lhes são entregues.

O Sr. Luís Filipe Madeira (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. Presidente: — Para que efeito?

O Sr. Luís Filipe Madeira (PS): — É para formular pedidos de esclarecimento.

Vozes do PSD: — Que paciência!

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Luís Filipe Madeira (PS): — Há pessoas muito impacientes. Há coisas duras de ouvir, mas têm de ouvir.

Protestos do PSD e do CDS.

Sr. Secretário de Estado do Turismo, gostei, mais uma vez, de o ouvir e agradeço-lhe a honestidade que, aliás, tem demonstrado ao longo de várias intervenções, não só agora, como em outros governos, quando confirmou que há atrasos na apresentação das contas. Contudo, disse uma coisa que suponho que não será totalmente exacta: é que há atrasos de alguns meses.

É evidente que não quero que o Sr. Secretário de Estado do Turismo venha aqui confessar as dificuldades da Secretaria de Estado do Turismo, porque não será o local próprio e nem o momento, nem o debate, será exactamente para isso. O que eu queria era que o Sr. Secretário de Estado do Turismo reconhecesse que esse atraso de alguns meses incide sobre as prorrogações sucessivas que têm vindo sendo dadas e que talvez somem alguns anos, como V. Ex.^a muito bem sabe.

Ainda a propósito disso e das questões das divisas, que de facto admito que é uma questão importante para o País e para o Governo, que tem a responsa-

bilidade de gerir o País — e que seria uma razão que poderia atenuar a oposição dos sectores que vêm no jogo uma coisa desejável —, creio que isso carece de alguns complementos: por um lado, o jogo não é efectivamente uma valência turística relevante e o Sr. Secretário de Estado tem muitos meios de saber isso. Por outro lado, há valências turísticas relevantes que gostaria de saber se serão aproveitadas. Poderá o Sr. Secretário de Estado do Turismo dizer à Câmara quais as disposições do Governo nesse sentido? Por exemplo, podia começar pelas corridas de cavalos, por combates de galos, etc., mas tem ao seu alcance uma coisa muito mais fácil e muito mais própria, a menos que haja razões morais que se oponham. Refiro-me, pois, ao naturismo comumente chamado «nudismo».

Risos.

Esta é uma prática que tem umas dezenas de milhares de adeptos em todo o Mundo: geralmente pessoas de boa capacidade financeira e que não encontram na Europa locais climaticamente apropriados para essa prática. Portugal, em especial o Sul do País, a Madeira e os Açores, tem condições ímpares para a prática do naturismo — uma vida ao ar livre sem os embaraços da «ganga» social.

Vozes do CDS: — Isso não é para aqui chamado!

O Orador: — Portanto, gostaria de perguntar ao Sr. Secretário de Estado do Turismo se, ao arrepio de alguns valores supostamente éticos e morais, o Governo está disposto a sacrificar o incômodo e brotoja que essa legalização poderá criar em algumas consciências mais conservadoras do ponto de vista da moral e legalizar em Portugal a prática naturista.

Protestos do PSD e do CDS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Secretário de Estado do Turismo para responder, se assim o desejar.

O Sr. Secretário de Estado do Turismo: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Pedia desculpa para não resvalar da tentação de discutir outros aspectos que, sem dúvida, preocupam esta Secretaria de Estado do Turismo, porque está interessada em desenvolver todas as medidas que ajudem a que o País seja procurado pelos estrangeiros para que aqui encontrem repouso de muita natureza. Porém, hoje estamos a falar do problema do jogo e eu pedia-lhe desculpa por não avançar noutras áreas.

O Sr. Luís Filipe Madeira (PS): — Estou esclarecido!

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Teixeira.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Gostaria de fazer uma pequena intervenção, focando essencialmente três pontos.

Em primeiro lugar, parece-me que resulta deste debate — aliás o próprio Secretário de Estado do

Turismo não foi capaz de o afirmar peremptoriamente — que a concessão da zona de jogo de Tróia iria incrementar o desenvolvimento turístico dessa zona. Por conseguinte, parece-me que é claro para esta Câmara — depois do debate que aqui se travou — que, de facto, o desenvolvimento turístico da zona de Tróia não está ligado e muito menos está dependente da criação de uma zona de jogo naquela região.

Já agora, e com um pequeno pormenor, gostaria de fazer notar uma diferença substancial entre alguns números que aqui foram referidos pelo Sr. Secretário de Estado do Turismo e números que foram referidos em 1979 pelo então Ministro do Comércio e Turismo relativos ao previsível impacte do desenvolvimento turístico em Tróia em termos de divisas. Parece-me que estamos a regredir, na medida em que o Ministro Repolho Correia afirmava que o desenvolvimento turístico de Tróia, com uma casa de jogo, iria render no futuro próximo cerca de 40 milhões de contos de divisas por ano. O actual Governo é muito mais modesto, pois prevê para o futuro 2 milhões de contos por ano.

No entanto, ainda sobre este tema do desenvolvimento turístico e do desenvolvimento do País, gostaria de fazer notar mais uma vez ao Sr. Secretário de Estado do Turismo e à Câmara que as vantagens que podem advir do desenvolvimento turístico para o concelho de Tróia, para a sua Câmara e para as suas populações não têm nada a ver com a criação da casa de jogo.

Um outro aspecto que gostaria de referir diz respeito ao problema do nível de fiscalidade. O Sr. Secretário de Estado do Turismo refere-me que as taxas cobradas são as mesmas que são cobradas aos casinos do Algarve e ao Casino do Funchal e, posteriormente, refere o seguinte: são taxas muito modestas que justificaram que fossem extensivas à Torralta. Isto é, justificaram-se extensivas à Torralta precisamente porque eram taxas muito modestas. As que são aplicadas a um Casino Estoril, ou a um Casino de Espinho, ou a um Casino da Figueira da Foz, ou a um Casino da Póvoa de Varzim, essas não poderiam ser extensíveis à zona de jogo da Torralta porque eram mais elevadas do que as outras.

Ainda sobre este aspecto, gostaria de lembrar ao Sr. Secretário de Estado do Turismo que as diferenças são substanciais, e chamaria a atenção, nomeadamente, para o artigo 37.º do Decreto-Lei n.º 48 912 no que diz respeito à comparação dessas taxas que incidem sobre os lucros brutos, ou melhor, as taxas que são calculadas para determinar o lucro bruto.

Num pequeno aparte ainda sobre este problema da fiscalidade e das receitas fiscais que advirão para o Estado, gostaria de recordar ao Sr. Secretário de Estado do Turismo que talvez fosse altura — na medida em que parte dos impostos incidem sobre o capital inicial de giro nas bancas — que, pelo menos, fosse actualizado o capital mínimo inicial, na medida em que os 140 contos exigidos já vêm de 1969. Portanto, acho que, pelo menos, se deviam actualizar em relação à inflação que entretanto se verificou, mas que não seja para aumentar as receitas fiscais do Estado.

A terceira questão que gostaria de referir, que é a mais importante, pois é o fulcro da discussão que aqui estamos a travar, é o problema da concessão da zona de jogo de Tróia à Torralta, é o problema do

concurso público que foi aberto. A própria criação da zona tinha sido, desde o início, perspectivada, objectivada para ser entregue à Torralta. E que, quando o Sr. Secretário de Estado fala no programa leonino das exigências em construções que aparecem no decreto regulamentar, eu recordar-lhe-ia a este respeito uma das perguntas que lhe fiz: como poderiam outras empresas concorrer a este concurso se ele está inquinado à partida. E que as supostas benfeitorias que aparecem como exigências do Governo são de facto malfeitorias, Sr. Secretário de Estado! E são de facto malfeitorias porque estão viciadas à partida.

As exigências que o Governo faz à Torralta — em termos de construção de hotéis, em termos da construção do próprio casino — resultam do facto de o plano de investimentos da Torralta, antes da criação da zona de jogo, já perspectivar essas construções. A própria questão de muito concretamente se referir um hotel de quatro estrelas em Coimbra — porque isso até está no projecto de investimentos da Torralta — leva a não ser possível a qualquer outra empresa concorrer com um projecto que já tem estruturas lançadas de uma empresa para a qual se pretende pura e simplesmente avançar com mais uma zona de jogo para lhe dar alguns lucros adicionais. Isto não tem nada a ver com o desenvolvimento económico, isto não tem nada a ver com a concorrência nas relações económicas que os senhores aqui muitas vezes aparecem a defender. Prova-se claramente que a vossa concorrência, a concorrência que os senhores desejam — entre os sectores de actividade, entre as diversas empresas —, é uma concorrência viciada à partida, é uma concorrência que, na prática, é de facto monopólio dos que têm o capital nas mãos, daqueles que financeira e economicamente pretendem novamente — através do Governo e da AD — dirigir este país.

Aplausos do PCP e do MDP/CDE.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Heriberto Goulart.

O Sr. Heriberto Goulart (MDP/CDE): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: A instalação de uma zona de jogo em Tróia seria encarável depois de redefinido o enquadramento legal do jogo em Portugal. Pelo menos parece que seria isso que mandaria a lógica, evitando assim haver uma decisão precipitada e pontual para a resolução de um caso em concreto. Poder-se-á perguntar o porquê desta decisão do Governo em antecipação a todo um enquadramento mais geral. Eu penso que foi o Sr. Ministro do Comércio e Turismo do IV Governo, Dr. Repolho Correia, que deu resposta a tal pergunta. Disse ele, nesta Câmara, que se tratava de um processo desencadeado por um requerimento da Torralta, em Outubro de 1978. De facto, ao longo deste debate, pode verificar-se que não foram apresentadas justificações económicas convincentes quanto ao interesse nacional da criação de uma zona de jogo em Tróia e particularmente foram levantadas muitas dúvidas quanto às vantagens em economia de divisas, nomeadamente quanto ao número citado de que representaria uma vantagem de divisas de 8 milhões de contos por ano. Por outro lado, não foi demonstrado — e foram levantadas questões nesse sentido — que o

turismo em Tróia não pudesse ser fomentado, ser desenvolvido, com empreendimentos alternativos, inclusive para fomentar o afluxo de turistas estrangeiros a Tróia, sem que nesses empreendimentos alternativos se tivesse de considerar uma zona de jogo. Finalmente — e era uma questão que há dois anos tinha merecido preocupações por parte desta Câmara —, ficou agora a saber-se, publicamente, que o contrato de viabilização da Torralta já aprovado, já em concretização, não passa pela necessidade da criação de uma zona de jogo. Isto é, a Torralta e o seu empreendimento de Tróia seriam perfeitamente viáveis sem a criação de uma zona de jogo. Uma zona de jogo só pode ser considerada, como já aqui foi dito, numa perspectiva de aumentar os lucros desta grande empresa.

Após a decisão da criação da zona de jogo, e que, repito, não está fundamentada pelo Governo, divulgaram-se as condições de abertura do concurso público para a respectiva concessão. Aparentemente tudo seria transparente e tudo seria tão transparente que até a única empresa que concorreu, devido precisamente às exigências que são feitas, foi a Torralta. A Torralta é a única empresa que concorre porque o concurso para a concessão do jogo em Tróia foi feito em resposta ao requerimento da Torralta, datado de Outubro de 1978.

Naturalmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, vamos votar contra o pedido de ratificação, e vamos fazê-lo porque não consideramos que haja vantagens económicas para a criação desta zona de jogo em Tróia, mas, acima de tudo, vamos votar contra por razões morais e éticas porque este Decreto-Lei n.º 340/80 é um exemplo bem claro do favoritismo político, é um exemplo bem claro de que o governo AD governa para os seus clientes, governa para aqueles que têm nas mãos os grandes interesses económicos, não governa para resolver os problemas económicos, sociais e culturais deste país.

O Sr. Manuel Moreira (PSD): — Não apoiado!

O Orador: — Por estas razões morais e de ética, repito, e porque este decreto-lei visa responder a interesses individuais de uma empresa privada, nós vamos votar contra o pedido de ratificação apresentado aqui nesta Câmara.

Aplausos do MDP/CDE e do PCP.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, uma vez que não há mais inscrições, está encerrado o debate na generalidade. Vamos proceder à votação.

Consultada a Assembleia, foi concedida a ratificação, com votos a favor do PSD e do CDS e votos contra do PS, do PCP, do MDP/CDE, da UEDS e da UDP, não estando presentes os Grupos Parlamentares do PPM e da ASDI.

O Sr. Álvaro Brasileiro (PCP): — A «AD» votou na roleta!

O Sr. Presidente: — Para uma declaração de voto, tem a palavra a Sr.ª Deputada Ercília Talhadas.

A Sr.ª Ercília Talhadas (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Grupo Parlamentar do PCP votou

contra a ratificação do Decreto-Lei n.º 340/80, de 30 de Agosto, pronunciando-se assim pela terceira vez contra a concessão de uma zona de jogo em Tróia nas condições em que a mesma é legalmente definida.

A primeira conclusão que o debate permite tirar é a de que esta zona de jogo, tão freneticamente defendida pelos partidos da «AD» desde remotos tempos, pouco tem a ver com o turismo ou com o desenvolvimento económico do distrito de Setúbal. Pelo contrário, é mais um «jogo» da «AD» para pagar a factura eleitoral aos seus amigos, os grandes capitalistas — neste caso concreto, os patrões da Torralta. É certamente uma boa recompensa do governo da «AD» para os serviços de corte e censura prestados na RTP pelo Sr. Proença de Carvalho, presidente do conselho de gerência da Torralta.

O nosso voto resulta, em segundo lugar, de em todo o processo o Governo não ter revelado qualquer respeito pelos direitos e pela autonomia das autarquias locais, nomeadamente daquela em que se integra a península de Tróia. O Decreto Regulamentar n.º 56/80, de 8 de Outubro, é bem significativo das intenções da «AD». Não é por acaso que se estipula, textualmente, que «a instalação será em local a aprovar pelo governo». O nosso voto significa, pois, a reafirmação muito clara de que a câmara interessada, a Câmara de Grândola, tem de ser obrigatoriamente, repito, Srs. Deputados da «AD», obrigatoriamente ouvida sobre o assunto. O Governo não o fez, não prevê fazê-lo e não teve sequer em conta as posições públicas da autarquia sobre o problema.

Votámos contra, em terceiro lugar, porque recusamos a falsa tese governamental de que é a zona de jogo que criará a zona de turismo em Tróia. Os 45 km de costa marítima do concelho representam desde logo um potencial turístico importante capaz de gerar riqueza e postos de trabalho.

Por outro lado, não poderão ser esquecidos em todo este processo os interesses gerais do concelho, harmonicamente integrado na região a que pertence. A Câmara, no seu plano de actividades para 1981, aprovado por unanimidade, e friso, Srs. Deputados, aprovado por unanimidade, propõe-se fazer a promoção turística de todo o concelho e por isso mesmo, já entregara ao Governo em 1978 o plano de urbanização de Melides e o plano de urbanização do Carnaval em 1980. Mas em relação a estes planos o Governo disse «nada». Fechou-os na gaveta, entravando o desenvolvimento turístico da região, que agora afirma pretender promover.

Finalmente, cumpre acentuar que o Governo decidiu sem que tal opção estivesse articulada com uma política de turismo a nível nacional. A «AD» não tem uma política nacional para o turismo, mas, sim, uma política para os grandes patrões do turismo.

Pela nossa parte, entendemos que um turismo economicamente rentável e ecologicamente mais saudável para a região deve ser baseado no aproveitamento inteligente das suas potencialidades, no respeito pelas competências do Poder Local, na capacidade imaginativa e criadora das populações.

A opção governamental é oposta a esta. Sem dúvida que o jogo (que parece que tanto pode ser de fortuna como de azar) talvez seja de todos o poluente mais nocivo para o distrito de Setúbal. Mas o problema

é ainda mais grave. A opção governamental é fruto de negociações e de benesses concretizadas através de uma política centralizadora e antidemocrática.

Não poderíamos, pois, deixar de votar contra a ratificação do Decreto-Lei n.º 340/A. S. Traduzindo, não podia o PCP deixar de votar contra o Decreto-Lei Agostinho da Silva.

Aplausos do PCP e do MDP/CDE.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, antes de conceder a palavra ao orador seguinte, informo a Câmara de que o Grupo Parlamentar do PSD fez chegar à Mesa a candidatura do Prof. Doutor Aníbal António Cavaco Silva para presidente do Conselho Nacional do Plano.

Informo desde já também que deram entrada na Mesa quatro projectos de lei e que são os seguintes:

N.º 115/II, apresentado pelo PCP, sobre o direito de acompanhamento familiar da criança hospitalizada, e que baixa à 2.ª Comissão; N.º 116/II, também apresentado pelo PCP, sobre associações de defesa do consumidor, e que baixa à 2.ª Comissão; N.º 117/II, subscrito pelo Sr. Deputado Guerreiro Norte e outros do PSD, sobre a elevação da sede da freguesia da Quarteira, no concelho de Loulé, à categoria de vila, e que baixa à 16.ª Comissão; N.º 118/II, subscrito pelo Sr. Deputado António Reis e outros do PS, sobre a criação da freguesia de Forros de Salvaterra, no concelho de Salvaterra de Magos, e que também baixa à 16.ª Comissão.

Informo ainda a Câmara de que recebi esta tarde o Sr. Provedor de Justiça, Dr. José Magalhães Godinho, que veio entregar a esta Assembleia, de acordo com o n.º 1 do artigo 21.º da Lei n.º 81/77, de 22 de Novembro, o relatório das actividades de Serviço do Provedor de Justiça relativo ao ano de 1980 e que é acompanhado da seguinte carta:

Sr. Presidente da Assembleia da República:

Excelência:

Para que possa ser apreciado e votado no Plenário da digna Assembleia da República e publicado no *Diário das Sessões*, tudo de acordo com o n.º 1 do artigo 21.º da Lei 81/77, de 22 de Novembro, tenho a honra de, com o presente, entregar nas mãos de V. Ex.ª o relatório das actividades do Serviço do Provedor de Justiça relativo ao ano de 1980, do qual, em anexo, remeto mais um exemplar destinado à Imprensa Nacional.

Eu próprio me encarregarei de fazer pessoalmente a entrega de um exemplar a cada um dos partidos políticos com assento na Assembleia.

Permito-me chamar a atenção de V. Ex.ª e da digna Assembleia, a que preside, para o último capítulo do relatório, no qual, com as considerações finais, ouso repetir a solicitação de aprovação de aditamentos à Lei n.º 81/77 que já

constavam dos relatórios de 1978 e 1979, isto porque continuo a considerá-los como indispensáveis ao aperfeiçoamento e à obtenção de maior eficácia do Serviço do Provedor de Justiça e aquilo que dele esperam os que são lesados por actos injustos, ilegais ou arbitrários da Administração e que não podem deixar de ser devidamente considerados num Estado democrático.

E porque a apresentação do relatório coincide com o termo deste mandato, não quero deixar de referir, com íntima satisfação, que, se outros poderiam, e saberiam, desempenhar melhor que eu as funções com que fui honrado, dificilmente me excederiam na isenção, total independência e devoção.

Apraz-me ainda assinalar que os resultados obtidos são, na maior parte, produto, não da minha acção, mas de excelente, leal, competente, inteligente e dedicada colaboração que ao longo destes quatro anos me foi dada exemplarmente por todos quantos trabalham neste Serviço, com especial relevo para o adjunto do Provedor, os coordenadores e assessores, aos quais deixo expresso o meu reconhecimento e o meu louvor, pois a eles, afinal, se fica a dever a eficiência e o elevado prestígio alcançados.

A digna Assembleia e a todos os Srs. Deputados, que, para além da honra que me conferriram, elegendo-me, em Outubro de 1976, Provedor de Justiça, me honraram sobremaneira com a forma como sempre apreciaram a minha acção, concedendo-me, assim, inestimável estímulo e o maior galardão a que poderia aspirar, desejo deixar expressa a minha gratidão.

Com os protestos da minha consideração, apresento-lhe, Sr. Presidente, os meus melhores cumprimentos.

O Provedor de Justiça, *José Magalhães Godinho*.

Aplausos gerais.

O Sr. Rui Pena (CDS): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tenha a bondade, Sr. Deputado.

O Sr. Rui Pena (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Creio que depois da leitura da carta que a Mesa acabava de fazer se impõe, pelo menos da parte do Grupo Parlamentar do CDS, uma palavra de reconhecimento pela acção que o Sr. Provedor de Justiça, Dr. José Magalhães Godinho, desempenhou à frente da Provedoria.

Reconhecemos-lhe a isenção, apesar da coloração partidária de todos conhecida, com que exerceu o seu cargo. Todos reconhecemos o grande mérito e devoção que despendeu para que a Provedoria de Justiça — que, praticamente, durante o seu mandato iniciou os seus primeiros passos no nosso país — fosse realmente aquilo que é hoje, ou seja uma instituição democrática respeitada por todos os cidadãos portugueses.

Portanto, quero nesta hora e aqui nesta Assembleia, em nome do Grupo Parlamentar do CDS, manifestar

ao Provedor de Justiça, Dr. José Magalhães Godinho, a nossa mais sincera e respeito a homenagem

Aplausos do CDS, do PSD, do PS e do PPM.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Lage.

O Sr. Carlos Lage (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A iniciativa que o Sr. Deputado Rui Pena acaba de tomar só merece o nosso louvor na medida em que nos permite tecer algumas considerações e pronunciarmo-nos sobre o sentido da acção do Sr. Provedor de Justiça, Dr. José Magalhães Godinho, durante os quatro anos de desempenho do seu mandato.

As palavras do Sr. Deputado Rui Pena são o retrato fiel da acção de grande mérito moral, intelectual e cívico com que que o Sr. Dr. José Magalhães Godinho desempenhou e levou a cabo a missão que lhe foi incumbida. Com efeito, o Provedor de Justiça foi um cargo que se iniciou com a eleição do Dr. José Magalhães Godinho. Ele foi escolhido por ter sido um democrata incomparável, por ter sido um homem defensor das liberdades, coerente e firme durante toda a sua vida. Ele foi escolhido e eleito por ter sido um humanista, um democrata, um cidadão exemplar e um homem que é para todos nós um exemplo.

Não se sabia bem em Portugal o que era o Provedor de Justiça, mas o Dr. José Magalhães Godinho mostrou-nos durante estes quatro anos o que é ser Provedor de Justiça: ser isento e competente, estar acima dos partidos e das querelas políticas, reivindicando e exigindo sempre a favor daqueles que se sentem prejudicados e atrepelados nos seus direitos por actos da Administração, em suma, pelo Estado. Assim, Magalhães Godinho elevou a instituição do Provedor de Justiça a uma esfera e a uma altura que devem ser mantidas.

O PS considera que o Provedor de Justiça deveria ser, a partir daqui, dignificado e prestigiado. Deste modo, ele devia ser liberto das flutuações e das cargas políticas que as conveniências e as circunstâncias acarretam.

Era este um grande momento para que os partidos da maioria e a AD reconhecessem que vale a pena pugnar por um Provedor de Justiça independente e que desempenhe o lugar de forma digna e cabal, como José Magalhães Godinho o tem feito.

O Sr. Rui Amaral (PSD): — E assim faremos!

O Orador: — É, assim, lamentável que, neste preciso momento em que José Magalhães Godinho volta a ser candidato ao lugar de Provedor de Justiça, a AD pretenda candidatar uma outra personalidade para esse lugar. Recordo-me, inclusivamente, de ouvir o actual Sr. Primeiro-Ministro, quando então era Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro, afirmar que o lugar de Provedor de Justiça, bem como o de presidente do Conselho Nacional do Plano, não deveriam ser desempenhados por personalidades afectas à maioria. Disse-o, e muito bem, pois este lugar de Provedor de Justiça é talvez o lugar em que a oposição — e neste caso nem seria a oposição, visto que José Magalhães Godinho se guindou acima dela — melhor pode dialogar com o Governo e a maioria, diálogo que, assim, poderia ser sábio e equilibrado.

Por isso, pensamos que o elogio feito pelo Sr. Deputado Rui Pena é justo, mas é um elogio do qual se deveriam extraír algumas consequências. Pensamos que é lamentável que, havendo um Provedor de Justiça que neste momento é quase uma instituição nacional podendo mantê-lo de modo a ser um símbolo e um exemplo para todos os portugueses, acima das querelas partidárias e de simples conveniências, os simples «negócios» de uma maioria possam cometer aquilo que eu considero um autêntico gesto desejante e feio para a democracia portuguesa.

Assim, peço aos Srs. Deputados da maioria, e ao Sr. Deputado Rui Pena em especial, para meditarem num caso destes, de forma a não fazerem simples «negócios» de uma maioria que nos podem parecer uma hipocrisia lamentável.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, também a Mesa se associa à homenagem ao Sr. Provedor de Justiça. Contudo, sem coarctar o direito a nenhum dos Srs. Deputados, pois todos terão certamente a oportunidade de por ocasião da apreciação deste relatório pelo Plenário de tecer considerações sobre a actuação do Sr. Provedor de Justiça, chamo a vossa atenção para o facto de termos atingido o termo da hora regimental.

Penso, no entanto, que ninguém se opõe a que um representante de cada partido use por breves momentos da palavra a este respeito, após o que se encerrará a sessão.

Sendo assim, tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé.

O Sr. Mário Tomé (UDP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Também a UDP saúda a actuação do Sr. Provedor de Justiça pela dignidade, seriedade, capacidade e pela isenção que demonstrou.

Gostaria ainda de frisar que se a «AD» e, nomeadamente, o Sr. Deputado Rui Pena, apesar de considerarem tudo isto, fundamentalmente a isenção com que o Provedor de Justiça desempenhou as suas funções, apresentarem uma outra candidatura ao lugar de Provedor de Justiça isso significa que a «AD» quer transformar a provedoria de Justiça em mais uma instituição ao seu serviço.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Borges de Carvalho.

O Sr. Borges de Carvalho (PPM): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Num país como o nosso, em que a partidarização de muitas coisas é conhecida de todos, talvez um pouco por culpa de todos, é de realçar a posição e a atitude de um homem que soube, acima da sua filiação partidária, encontrar o caminho recto para a sua actuação como Provedor de Justiça.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Assim, não podemos deixar de neste momento protestar também a nossa homenagem, aliás merecida, ao Dr. José Magalhães Godinho pela forma como exerceu o seu cargo e, além de tudo o mais, pela forma como soube organizar os serviços

que dele dependiam, nem sempre com os meios que esses serviços mereciam e nem sempre com os estímulos que lhe deveriam ter sido dados.

Por isso, prestamos-lhe a nossa homenagem muito sincera.

É conhecida a posição de princípio assumida pelo meu partido a respeito do Provedor de Justiça. Isso não quer dizer que pensemos serem correctas algumas posições assumidas nesta altura, principalmente da parte do PS, uma vez que quando este partido tinha uma posição diferente nesta Casa soube nomear para este cargo um homem das suas fileiras. O facto de assim pensarmos nada tem a ver com a forma como esse homem desempenhou o seu cargo. Parece-nos não muito correcto que o PS venha agora criticar da parte de outro partido que tome a mesma atitude.

Vozes do PPM: — Muito bem!

O Orador: — Portanto, não podemos deixar passar em claro esta tentativa de fazer um pouco de campanha eleitoral. O Sr. Deputado Carlos Lage perdoar-me-á, mas pensamos que esta não é a forma mais correcta de neste momento homenagear o Dr. José Magalhães Godinho.

Aplausos do PPM, do PSD e do CDS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Raposo.

O Sr. Mário Raposo (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Grupo Parlamentar do PSD não pode deixar de se associar à justíssima homenagem que neste momento é prestada ao Dr. José Magalhães Godinho. Na realidade, ele soube exercer com invulgar dedicação e verticalidade o seu cargo, que é na realidade difícil, pelo perfil do próprio instituto e pela falta de receptividade que por vezes ele terá encontrado nalgumas instâncias, designadamente oficiais. No entanto, tal como agora mesmo acentuou o Sr. Deputado Borges de Carvalho, entendo que o facto de ao prestar-se esta homenagem vir registar-se um facto — e é de conhecimento geral que eu concretamente já em 1972 me referi ao Provedor de Justiça, que então não tinha essa designação — não significa que o PS possa pretender partidarizar uma questão que não deve ser partidizada.

A melhor forma de se encarar não partidariamente a designação de uma pessoa competente, capaz e que preencha os requisitos para um exemplar desempenho do cargo e não atender a filiação partidária. Em todos os países do mundo a realidade evidencia que há uma certa rotação no preenchimento do cargo de instituições similares ao Provedor de Justiça. Se bem me recordo — não tenho aqui presente o Estatuto do Provedor de Justiça —, a reeleição só pode ter lugar uma vez, o que logo inculca a ideia de uma certa mutabilidade.

Portanto, não vejo que seja pecado maior — pelo contrário, penso ser uma atitude natural e idêntica àquela que o PS assumiu há quatro anos — o CDS ter proposto um outro nome para candidato ao lugar de Provedor de Justiça. Isso não significa, de modo algum, que retire uma partícula sequer à homenagem que é devida ao Dr. José Magalhães Godinho,

ao seu passado e, sobretudo, à acção que ele desenvolveu nestes últimos anos.

Entretanto, entendo também que há determinados cargos em que uma mutação, uma nova perspectiva ou uma nova maneira de encarar as realidades e os problemas que ha que enfrentar, pode ser benéfica.

Esta é a posição do PSD.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Veiga de Oliveira.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Grupo Parlamentar do PCP já em diversas ocasiões se pronunciou nesta Assembleia aplaudindo o trabalho do Dr. José Magalhães Godinho como Provedor de Justiça.

Fizemo-lo em diversas ocasiões. Hoje mesmo tornamo a fazê-lo quando aplaudimos de pe o ofício do Sr. Provedor de Justiça remetendo o seu relatório anual a esta Assembleia.

Não é agora necessário tecer mais considerações sobre as qualidades e as excelsas virtudes do Sr. Provedor de Justiça, demonstradas ao longo de toda a sua vida e não apenas agora. Mas o que não ha dúvida é que a questão suscitada sobre a sua substituição, pelo modo como sucede, merece um reparo.

Srs. Deputados da «AD», não é só a questão de ser pe o ofício agora um homem do PSD ou do CDS que está em causa. O Sr. Deputado Mário Raposo ainda agora disse que a despartidarização constituiria exactamente no facto de não termos em conta o partido do candidato. Mas, Sr. Deputado Mário Raposo, desculpe-me, a questão não pode ser colocada assim. E não pode ser colocada assim porque toda a gente sabe, porque é público, que o lugar foi primeiro negociado e só depois é que se foi buscar o candidato.

Uma voz do PS: — Muito bem!

O Orador: — Isto já não é a primeira vez que é tertado e feito negocialmente com outro lugar, que nós reputamos também de muita importância, que é o de Presidente desta Assembleia.

Nós pensamos que para certos cargos — e para Provedor de Justiça sobretudo — haveria que procurar despartidarizar as pessoas que os ocupam mas não foi isso que os senhores fizeram. Não é, fu, por ser do CDS ou do PSD — desde já tem de pôr-se em causa a forma como foi escolhido o candidato e a substituição do Dr. José Magalhães Godinho —, é porque por um lado não há justificações na lei nem nas pessoas para que ele contivesse pelo menos, um período, e justificações largas, por outro lado e que nós temos e que foi negociado o cargo e depois encontrada a pessoa. Isto é que é a verdade e a verdade deve ser dita.

Aplausos do PCP, do PS e do MDP/CDE.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Heriberto Goulart.

O Sr. Heriberto Goulart (MDP/CDE): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A instituição do Provedor de Justiça e da própria provedoria de Justiça é hoje segu-

itamente considerada altamente positiva por todas as formações políticas, penso eu embora não tenha sido essa a nossa posição aquando do da aprovação do cargo durante a Assembleia Constituinte. Pensamos que esta conclusão, que julgo ser de facto pacífica tem fundamentalmente a ver com a forma como o anterior Provedor de Justiça, Dr. José Magalhães Godinho, exerceu o seu mandato durante quatro anos. Gostaria de destacar apenas um aspecto: é que, muito mais do que a preocupação de um comportamento legalista, o caracterizou — na minha opinião — a acção do Dr. José Magalhães Godinho foi a sua visão humanitária do cargo que desempenhava e o ir ao encontro de problemas, de questões que lhe eram colocadas, para além da própria exigência legal, inclusivamente avançando nas sugestões de alterações de lei — que naturalmente lhe não competia propor mas sugerir — com um sentido claramente de empenhamento nas situações de injustiça que no exercício do seu cargo lhe surgiam.

Homenagear o Dr. José Magalhães Godinho no final deste seu primeiro mandato é também homenageá-lo no seu passado, é também homenagear aquele antifascista que todos — aqueles democratas mais jovens — nos habituámos a respeitar, nos habituámos a ver ao lado de todos os democratas contra o regime opressivo que impôs neste país durante meio século. Penso também que a nova propositura do Dr. José Magalhães Godinho para Provedor de Justiça por mais um mandato, pelo Partido Socialista, é um acto de justiça que a nós, MDP/CDE, nos apraz registar com muito agrado.

Aplausos do MDP/CDE, do PS e do PCP.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Lopes Cardoso.

O Sr. Lopes Cardoso (UEDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Muito poucas palavras apenas para me associar à homenagem já aqui prestada ao Dr. José Magalhães Godinho pela sua acção como Provedor de Justiça e acrescentar que pela nossa parte — UDES — a melhor homenagem que entendemos poder prestar-lhe neste momento — homenagem que é também o reconhecimento pela forma como ele desempenhou o seu cargo — é a de conjuntamente com os nossos companheiros da Frente Republicana e Socialista termos subscrito a proposta de recandidatura do Dr. José Magalhães Godinho. Ao mesmo tempo não posso deixar de lamentar que não havendo — e não foram invocados aqui nenhuma razões nesse sentido — razões de crítica à acção desenvolvida pelo Dr. José Magalhães Godinho como Provedor de Justiça, pelo contrário, sendo unanimemente reconhecido o modo como isento e insusceptível de críticas desempenhou o seu cargo, ele não seja reconduzido unanimemente por esta Assembleia. A apresentação de uma outra candidatura não pode, em meu entender, deixar de significar — quer o que queremos quer não — uma partidização de um cargo que por definição não deve ser de índole partidária. E a partidização não decorre do facto de um eventual Provedor de Justiça pertencer ou não a um determinado partido. Não havendo razões que justifiquem a substituição do Dr. José Magalhães Godinho, a sua substituição por um outro Provedor de Justiça não pode,

em meu entender ter outro significado que da partidização desse cargo que deveria ser um cargo isento de conotações partidárias.

Aplausos da UEDS, do PS, do PCP e do MDP/CDE.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vamos encerrar a sessão...

O Sr. Luís Filipe Madeira (PS): — Dá-me licença Sr. Presidente?

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Luís Filipe Madeira (PS): — Eu penso que a sessão de amanhã será muito breve, como é habitual nas sessões da manhã de sexta-feira, e se vamos transferir para amanhã as declarações de voto acerca da ratificação do Decreto-Lei n.º 340/80 — que penso serem poucas — fica a sessão prejudicada. Penso que com mais uns minutos — pela minha parte creio que não excederia os três minutos — arrumava-se já esta questão e amanhã iniciava-se uma nova ordem de trabalhos.

O Sr. Presidente: — Não há oposição?

Pausa.

O Sr. Presidente: — Não há e também certamente não haverá oposição a que se amanhã o Sr. Deputado Mário Tomé — que não se encontra já presente e que entendeu as nossas palavras noutra sentido — quiser fazer a sua declaração de voto, o possa fazer.

Tem então a palavra o Sr. Deputado Emídio Pinheiro.

O Sr. Emídio Pinheiro (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Grupo Parlamentar do CDS votou a favor da ratificação n.º 31/II, Decreto-Lei n.º 340/80, por estar de acordo, como já no passado esteve, quanto à criação da zona de jogo de Tróia. Os benefícios que para a região e para o País tal iniciativa vai proporcionar, o desenvolvimento turístico e hoteleiro que gera, não só na península de Tróia, a criação de postos de trabalho, bem justifica, e quanto a nós tardivamente, a criação da zona de jogo. Espera-se, no entanto, para obviar a todos os inconvenientes de ordem social, que a publicação da nova lei do jogo, há tanto tempo em elaboração, dê resposta cabal aos problemas legítimos e fundamentalmente suscitados.

Vozes do CDS e do PSD: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Cardoso Ferreira.

O Sr. Cardoso Ferreira (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Partido Social-Democrata votou favoravelmente a ratificação do Decreto-Lei n.º 340/80 porque a criação de uma zona de jogo em Tróia, pelas estruturas que o volume dos investimentos proporcionará, irá ao encontro dos legítimos interesses das populações locais, nomeadamente do concelho

de Grândola, de promoção da economia local e capacidade de emprego.

Fizemo-lo também pela impossibilidade da actuação do Governo na salvaguarda do interesse nacional, que bem patente ficou pela incapacidade por parte das oposições de fundamentarem minimamente a sua oposição ao decreto-lei em apreço.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Filipe Madeira.

O Sr. Luís Filipe Madeira (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Mais uma vez a maioria venceu e não convenceu. Era à maioria e ao Governo a quem competia fundamentar a razoabilidade deste decreto-lei. Mas, pelo contrário, os seus argumentos e as razões tímida e envergonhadamente aduzidas foram aqui destruídas uma a uma. De pé só ficou um compromisso político que o Governo tinha de satisfazer: o desejo de uma empresa, ou seja, dar-lhe uma zona de jogo.

Por nossa parte, votámos contra porque esta zona de jogo não serve o turismo, não serve a região de Grândola, não serve o povo português nem a economia nacional, mas apenas o interesse de uma empresa e a degradação de uma zona que vai pagar muito caro, no aspecto social, a implantação a curto prazo de uma zona de jogo, até porque se trata de uma área que neste momento ainda está preservada de certo tipo de actividades.

Foi por isso que votámos contra e estamos convencidos de que a própria maioria, que votou favoravelmente a ratificação, o fez convencida de que cometia de certo modo um atentado contra a razão, a justiça e o interesse deste país.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, a próxima reunião terá lugar amanhã, às 10 horas, e terá por objecto a continuação da ordem de trabalhos de hoje. Ressalva-se que se a UDP o desejar, fica com o direito de fazer a sua declaração de voto sobre esta última matéria.

Está encerrada a sessão.

Eram 20 horas e 20 minutos.

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Social-Democrata (PSD)

Américo Abreu Dias.
António Maria de O. Ourique Mendes.
Arménio dos Santos.
Dinah Serrão Alhandra.
Fernando José da Costa.
Fernando dos Reis Conde.
João Afonso Gonçalves.
José Adriano, Gago Vitorino.
José Ângelo Ferreira Correia.
José Theodoro da Silva.
Júlio de Lemos Castro Ca'das.
Manuel António Araújo dos Santos.

Maria Margarida do R. da C. S. M. Ribeiro.
Marília Dulce Coelho Pires M. Raimundo.
Mário Dias Lopes.
Mário Ferreira Bastos Raposo.
Nuno Aires Rodrigues dos Santos.
Pedro Augusto Cunha Pinto.
Pedro Miguel Santana Lopes.
Rui Alberto Barradas do Amaral.

Partido Socialista (PS)

Alberto Marques de Oliveira e Silva.
António de Almeida Santos.
António Azevedo Gomes.
António José Sanches Esteves.
António Marques Ribeiro Reis.
António de Sousa Gomes.
Bento Elísio de Azevedo.
Carlos Cardoso Lage.
Eduardo Ribeiro Pereira.
Fernando Torres Marinho.
Guilherme Gomes dos Santos.
Jaime José Matos da Gama.
João Cardona Gomes Cravinho.
João Francisco Ludovico da Costa.
Joaquim José Catanho Menezes.
José Gomes Fernandes.
José Manoel Niza Antunes Mendes.
Júlio Francisco Miranda Calha.
Luís Filipe Nascimento Madeira.
Manoel Francisco da Costa.
Manuel da Mata de Cáceres.
Maria Teresa V. Bastos Ramos Ambrósio.
Mário Alberto Lopes Soares.
Teófilo Carvalhô dos Santos.
Victor Brás.
Victor Manuel Ribeiro Constâncio.

Centro Democrático Social (CDS)

António José Tomás Gomes de Pinho.
Henrique José C. M. Pereira de Moraes.
Henrique Manuel Soares Cruz.
João Lopes Porto.
José Augusto Gama.
José Vicente de J. Carvalho Cardoso.
José Manuel Rodrigues Casqueiro.
Luís Carlos C. Veloso Sampaio.
Luis Filipe Paes Beiroco.
Rui Eduardo Ferreira Rodrigues Pena.
Ruy Garcia de Oliveira.

Partido Comunista Português (PCP)

António Dias Lourenço da Silva.
Carlos Alfredo de Brito.
Joaquim Gomes dos Santos.
Maria Odete Santos.
Octávio Floriano Rodrigues Pato.
Zita Maria de Seabra Roseiro.

Partido Popular Monárquico (PPM)

António Borges de Carvalho.

Acção Social-Democrata Independente (ASDI)

António Luciano P. Sousa Franco.
Jorge Manuel M. Loureiro de Miranda.

PREÇO DESTE NÚMERO 38\$00

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA